



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

ACTA Nº 6/2007

2.ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE 2007

26 de Julho de 2007

A Sessão teve início às 20 horas.-----

Mesa da Assembleia: **Presidente, António Ramos Preto**-----

-----**Primeiro Secretário da Mesa, Elisabete da Silva Ferreira**-----

-----**Segundo Secretário da Mesa, Manuel António Frade**-----

Membros presentes: Todos com excepção dos Senhores Rui Miguel Queiroz Correia, António Manuel Candeias Coelho dos Santos, Rita Mafalda Oliveira Ribeiro Guimarães, António Luís Andrade Silva e Joana Ferreira Marreiros, conforme constam da relação anexa.-----

Estiveram presentes por parte da Câmara Municipal, o Senhor Presidente, Joaquim Raposo e os Senhores Vereadores Carla Tavares, Clotilde Cunha e Silva, João Bernardino, Gabriel Oliveira, Carlos Manuel dos Santos, António Nunes, Armando Reis Cruz e António Moreira.-----

O Senhor **Presidente da Assembleia** informou que os Senhores Presidente da Junta de Freguesia da Venda-nova e da Venteira, se fazem representar, nesta Sessão, respectivamente, pelos Senhores Vogais António Manuel Branco Simões e Rui Manuel Lopes Rego (Documento anexo à presente Acta).-----

Verificado o Quórum, Senhor **Presidente da Assembleia** declarou aberta a Sessão.-----

-----I – SUBSTITUIÇÃO-----

O Senhor **Presidente da Assembleia** informou que, ao abrigo do n.º 1 do Artº. 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, solicitaram a sua substituição, nesta Sessão, os Senhores João

Miguel de Melo Santos Taborda Serrano, José Manuel Gorgulho Evangelista, Rui Miguel Queirós Correia, Augusto Ferreira Guedes do PS, António Tremço de Brito, António Manuel Batista Borges, Sónia Cristina Catarino Baptista da CDU e Maria Luísa Jesus Mendes Jubilado e António Carlos Ribeiro Costa da Silva Guedes do PSD, no período de vinte seis de Julho (Documento anexo à presente Acta).-----

De seguida informou ainda de que, em conformidade com o Artº. 79.º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, tomaram posse, os Senhores respectivamente por Rui André Mendes de Medeiros, José Manuel Antunes da Graça, Andreia Teodoro Dionísio, Joaquim Manuel Galhanas da Luz pelo PS, Amadeu da Ressurreição Lopes Moreira, Vasco Miguel Ricardo Aleixo, Celina José Caro Pina pela CDU, Luís Miguel de Almeida Sampaio e Paulo Miguel Oliveira Martins Torres Miguel pelo PSD (Documentos anexos à presente Acta).-----

Senhor **Presidente da Assembleia**, informou, que na Ordem do Dia, antes de se passar à sua leitura, votação e à apreciação, que houve um lapso onde consta Lei n.º197/99, deve ser Decreto-Lei n.º197/99, tendo solicitado à Senhora Primeira Secretária o favor de ler a Ordem do Dia para depois ser apreciada.-----

-----II – ORDEM DO DIA-----

PROPOSTA:-----

1 – Apreciação, e votação, nos termos do n.º 6 do Artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, da proposta da C.M.A. relativa a “*Concurso Público Internacional para Fornecimento Diário de Refeições das Escolas do Ensino Básico do 1.º Ciclo e Pré-Escolar- Por Lotes- Adjudicação e Aprovação da Minuta de Contrato*” (Proposta n.º 315/2007) ”;-----

2 – Apreciação, e votação, nos termos do n.º 6 do Artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, da proposta da C.M.A. relativa a “*Concurso Público Internacional para Prestação de Serviços no Âmbito do Programa de Generalização do Ensino do Inglês nos 3.º e 4.º Anos do*”



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

1.º Ciclo do Ensino Básico- Por Lotes-Adjudicação e Aprovação da Minuta de Contrato” (Proposta n.º 316/2007) ”;-----

3 – Apreciação, e votação, nos termos do n.º 6 do Artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, da proposta da C.M.A. relativa a “*Concurso Público Internacional para a Manutenção de Diversas Zonas Verdes do Concelho da Amadora - Por Lotes -Abertura*” (Proposta n.º 326/2007) ”;-----

4 – Apreciação e votação, nos termos da alínea b) do n.º 1 do Artigo 87.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, da proposta da C.M.A. relativa a “*Revisão do Mapa Judiciário e Implicações para o Município da Amadora*”.-----

Não havendo intervenções, o Senhor **Presidente da Assembleia** colocou a Ordem do Dia à discussão, sendo aprovada por unanimidade dos 35 membros presentes (Documento anexo à presente Acta).-----

-----III – CORRESPONDÊNCIA-----

Senhor **Presidente da Assembleia** informou de que, no início da Sessão foi distribuída ao Representante de cada Grupo Municipal a relação do expediente, conforme o estipulado no n.º 2 do Artº. 30.º do Regimento.-----

-----IV – PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO-----

O Senhor **Presidente da Assembleia** não havendo intervenções, encerrou este período.-----

-----VI – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA-----

76

Abriu o Senhor Presidente da Assembleia as inscrições.-----

Senhor Deputado António Carixas: "Muito obrigado, Senhor Presidente, muito boa noite, trazem-me aqui dois assuntos que são com certeza, tem sido preocupação da Câmara Municipal da Amadora, o que eu venho aqui dizer, sublinhar e para que estes dois assuntos sejam resolvidos com alguma celeridade já que eles estão a afectar as populações de duas freguesias, e concretamente da Buraca e de Alfragide. O primeiro assunto refere-se à situação do Bairro do Zambujal, já aqui na última ou na penúltima sessão, o Senhor Presidente fez alguns esclarecimentos, mas a situação para quem vai lá não pertence aquele bairro, mas visita de facto aquela situação e algumas partes daquele bairro, é de facto degradante o estado de abandono no que se refere à higiene urbana, espaços verdes, o que eu venho aqui dizer para já é de facto solicitar solidariedade para resolução desta situação, de facto não é nada boa para a população daquele bairro, se nós confrontamos com situações daquele bairro, ao lado um bairro cuidado, espaços verdes cuidados e ao lado degradação quase completo, de facto, tenho a certeza que a Câmara Municipal, o Senhor Presidente, os Senhores Vereadores estão preocupados com isto, mas não chega estar preocupados é preciso resolver esta situação rapidamente. A outra é relativamente à freguesia de Alfragide, para além das preocupações com certeza da actuação da Câmara e da própria Junta de Freguesia de Alfragide com certeza que têm tido, mas há espaços que às vezes estão abandonados ou que não têm merecido a melhor atenção, eu refiro-me concretamente a Alfragide Sul na Praceta das Gaías e na Rua Dr. Rui Grácio, de facto há algum abandono digamos assim, mato, etc., refiro-me a Alfragide Sul, na Quinta Grande, na Força Aérea Portuguesa, também se nota algum estado de abandono, lixo, etc. A câmara e a Junta com certeza também estão preocupados com outra que começaram algumas limpezas e depois foram interrompidas na Av. Don. Luís I nas traseiras, junto a uma Escola Básica começaram as limpezas mas depois pararam e aconteceu um incêndio, que não foi mais grave até porque há ali um depósito de gás também, aquela situação também merece uma actuação rápida, portanto que digamos que estou a sublinhar, a fazer esta chamada de atenção porque todos nós incluindo a Câmara Municipal, estou preocupado com isso, mas precisamos de um actuação mais rápida, muito obrigado."-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

Senhora Deputada **Cláudia Cardoso**: “Muito boa, noite Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, Senhores Secretários, Executivo, Caros Colegas Deputados, estimado público, eu só venho fazer duas perguntas, a primeira tem a ver com a constituição, eu tive a possibilidade de ver o press realese de Dezembro de dois mil e seis relativamente à possibilidade de criação de um grupo coordenador da Agenda vinte e um Local, e portanto envolveria a participação de vários actores sociais, portanto a pergunta concreta é, desde essa altura até agora o que é que já foi feito. A outra questão tem que ver com o levantamento também que ficou de ser feito relativamente às casas devolutas do concelho portanto se me pudessem esclarecer sobre estes dois pontos agradecia”.-----

Senhor **Presidente da Junta de Freguesia de Alfragide**: “Senhor Presidente da Assembleia, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Caros Colegas, o Senhor Deputado Carixas referiu-se a algumas situações de Alfragide, em relação à Av. Força Aérea Portuguesa neste momento está totalmente limpa, totalmente limpa, neste momento posso-lhe dizer que está totalmente limpa, em relação à Don. Luís I traseiras dos prédios é uma acção concertada e é a primeira vez que acontece um incêndio na zona concertada, de modo que estranho, porque houve pessoas interessadas em vir à Câmara pedir a limpeza dessa área que foi limpa, o capim cortado ficou lá e depois apareceu um incendiada, outras zonas há que realmente estão com o capim crescido, mas são áreas privadas, portanto não são áreas da responsabilidade da Junta, nem da responsabilidade da Câmara, a grande parte delas, algumas não digo que seja a grande parte são da responsabilidade do IGAPHE, e outras são privadas estive aqui há tempos a mostrar a elementos do pelouro da Câmara quais são essas áreas, e essas sim são perigosas, não as que o Senhor Deputado referiu, embora todas seja perigosas porque são lotes para construção entre vivendas, privado com o capim muito alto, e essas é que eu chamava à atenção já chamei para de facto serem os proprietários notificados para limparem ou a Câmara limpar e apresentarem a conta era só isto que queria dizer, muito obrigado”.-----

Senhor **Presidente da Câmara**: “Muito obrigado parte das questões levantadas pelo Senhor Carixas foram respondidas pelo Senhor Presidente da Junta, seguramente não vou acrescentar muito, do que o Senhor Presidente já disse, em relação aquilo que tem sido, tem existido uma colaboração entre a Câmara e a Junta de Freguesia sobre esta matéria e de maneira que é de

salientar esta colaboração que existe nesta Junta e que também tem existido na maior parte das Juntas do concelho, é evidente que temos um problema que o senhor Presidente disse e bem tem a ver com a questão dos terrenos privados, e sobre essa matéria é preciso todo um procedimento, saber de quem é os terrenos, ter a sua localização, saber a morada, fazer um procedimento, uma notificação, enfim tudo isto, infelizmente é assim, apesar de também para o Senhor Deputado dizer-lhe que nós lançamos um concurso para a limpeza deste tipo de zonas, ou seja mesmo que a Câmara tenha que substituir, é evidente que a Câmara tem que ter meios para poder actuar, o que quer dizer que a partir da altura do concurso teremos outras condições para poder actuar, porque todo este trabalho até agora é feito pelos funcionários da Câmara e pelos funcionários das Juntas de Freguesia, não basta cortar o capim, é preciso limpar o lixo, é toda uma operação que naturalmente não é muito agradável fazer, mas tem sido feito pelos funcionários da Câmara e das Juntas de Freguesia. Sobre a questão do Bairro do Zambujal dizer o seguinte, nós temos que distinguir mesmo em relação ao Bairro do Zambujal aquilo que são algumas zonas do ponto de vista da limpeza e do ponto de vista de espaços ver-se tratados e o Senhor Deputado também andou lá e vê a diferença dentro do próprio Bairro Zambujal, há espaços bem cuidados, bem tratados, coisa que há um tempo não era assim, e há espaços que há dois motivos, por um lado da parte do IGAPHE que nunca quis dar-me qualquer tipo de apoio em relação à recuperação daquilo que eram os espaços verdes, deviam ter sido cuidados e tratados, eles nunca fizeram, tendo em conta que eles são os próprios dos terrenos, eles é que vendem os lotes às entidades e depois enfim fica o resto por tratar, depois é toda uma zona que o Senhor Deputado sabe bem tem características próprias até do ponto de vista da população que lá está, não há ali limpeza que resista, o Senhor Catolino passa lá também e conhece bem toda aquela zona da Rua das Minas e afins, das Mães de Água aquela zona é muito difícil, de educação e de respeito que não existe muito, de maneira que as coisas enquanto noutros sítios com os serviços das Juntas conseguimos manter mais ou menos, naquela zona temos esse problema como o Senhor Deputado sabe, mas penso que as coisas na área do Zambujal tem vindo a melhorar, que não ficamos satisfeitos a imagem principal concentra no Zambujal, e quando entramos por cima vimos logo aquele aspecto e dá uma imagem que não corresponde sequer aos moradores do Zambujal, a imagem inicial de que muita gente do Zambujal, mas quando se visita o Zambujal não corresponde a todo o resto do Zambujal não tem nada a ver com aquela parte, é um território completamente diferente, vamos continuar a colaborar entre a Câmara e a Junta de Freguesia em



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

relação a estas matérias e também da Buraca, e também em relação a uma questão que eu queria dizer, neste momento o problema do Zambujal principalmente na parte cujos fogos são propriedade do IGAPHE que agora IRU é assim que se chama, ou seja nem o IRU que agora é Instituto sabe quem lá está, também não sabe controlar aquilo, e de maneira que não há ninguém interessado a ficar com aquilo, basta ver os exemplos daquilo que foi os processos desta natureza em Lisboa e os resultados que deu da fundação não é, e por isso dizer-lhe claramente o seguinte na última reunião que tive com o Presidente do IRU, e com o Senhor Secretário de Estado e com a Vereadora Carla, e eu disse que nós estávamos disponíveis a discutir a questão do Zambujal outra vez, nuns pressupostos diferentes, não é tomem lá e amanhem-se, obrigadinho presentes daquela natureza nós não estamos interessados, mas de uma forma séria, aberta e franca, estamos dispostos a discutir porque achamos que aquilo não pode estar como está, mas também não estamos disponíveis que a Câmara assuma todo aquele território, toda aquela área, todo aquele património, da forma como está com toda a degradação total sem termos da parte da administração central a centralização de um conjunto de verbas necessárias para a reabilitação e recuperação e ao mesmo tempo um conjunto de problemas jurídico-administrativos que são independentes, como é óbvio o IRU ficaria muito satisfeito se nós disséssemos dêem-nos cá e muito obrigado, mas também não é justo que assim seja, que eles durante tantos anos geriram aquilo tudo, mas depois há outras questões que era preciso ver por ali, que tem a ver com um conjunto de terrenos que ali estão, é preciso acautelar relativamente a essa matéria, entra a questão sobre um terreno, que também é um terreno que se junta muito lixo eu mais o Presidente Catolino há que tempos que andamos a arranjar uma solução para ali, na última reunião que tive colou-se uma questão que enfim, há quem diga que aquilo é nosso, uma parte é nossa, uma parte é deles do próprio IRU de maneira que estamos ali num conflito, porque nós temos e o Senhor Presidente da Junta tem trabalhado nisso com os serviços, uma solução em relação aquela matéria, um dos cancros que ali está, não só daquela área que permanentemente está abandonada e tem aquele aspecto, como também daquele clube que está ao lado e tem aquele aspecto, como também em relação a alguns equipamentos, nomeadamente para a Junta também são necessários e também a resolução de alguns conjuntos de problemas de habitação em relação a uma camada mais jovem, no meu ponto de vista precisava de ter a oportunidade e de ter ali outro tipo de casas a determinado tipo de preços, de maneira que é uma questão ao longo do tempo o Catolino comigo temos acompanhado e não conseguimos

encontrar o fio final, mas havemos de o encontrar seguramente. À Deputada Cláudia, há uma coisa que não vou conseguir responder com toda a franqueza, não vou conseguir responder ao grupo coordenador da Agenda vinte e um Local e digo isto com toda a franqueza, é um assunto que está a ser acompanhado pelo Vereador Eduardo e eu não estar aqui a fazer o ramalhete, não sei o que é, de maneira que com toda a franqueza não vale a pena, quando digo que não tenho conhecimento, digo que não tenho conhecimento, lamento, mas seguramente na próxima reunião procurei informar ao Vereador Eduardo que estará cá e dará conta da situação. Outra questão também muito difícil é o levantamento das casas desocupadas, penso que era isso que queria falar a nível do concelho, como deve imaginar não é fácil, eu anão consigo encontrar uma fórmula, não consigo, havia algumas fórmulas que podíamos chegar por aproximação, mas aí teríamos que envolver algumas entidades, nomeadamente teríamos que envolver a EDP por causa da questão dos consumos correndo naturalmente alguns riscos não é, e teríamos que envolver os SMAS quanto à questão da água, e aí podíamos tratar qual são aquelas que estão desocupadas ou não, ou seja em princípio não tendo consumo não vão ser utilizados, ficaríamos com uma noção de dizer no nosso território existe x fogos que não estão, se há possibilidade, até no sentido de interpolar os próprios proprietários para disponibilizar essa habitação, mas eu vou-lhe dizer uma questão que é esta, nós vamos lançar um anúncio para o território da Amadora em relação a duas coisas, uma é a disponibilidade de aluguer de habitação, vamos dizer bom nós estamos disponíveis, naturalmente do IRU, alugar ou garantir o aluguer de fogos no concelho da Amadora durante dois anos, vamos ver quantos é que aparecem, e ao mesmo tempo vamos lançar outro, estamos disponíveis a comprar casa no concelho da Amadora e aí tem que ser aos preços da Portaria, não podemos fazer de outra forma, temos é que saber quantos é que aparecem até porque temos a necessidade, nós temos que mostrar aos outros que não temos condições ou que não existe no território da Amadora disponibilidade, ou pelo menos ninguém quer disponibilidade para alugar ou para vender os tais fogos devolutos que existem no concelho, até porque acho que nós temos que ter as condições para fazer, e ao mesmo tempo das relações e operações que nós temos que fazer do ponto de vista de aquisição de fogos ao preço da Portaria e a qualquer outro empreendimento a custos controlados, o Tribunal de Contas obriga-nos a que nós não podemos comprar a uma entidade que tem, é o único que tem para vender porque não fizemos uma oferta pública não é, e como tal obriga a que haja isso, ainda não corremos esses riscos, para de facto demonstrar às pessoas que é assim, por isso é que muitas vezes as pessoas



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

no território da Amadora não quer alugar as casas, porque tem receio de quem vai alugar que pague o primeiro mês ou o segundo e depois não pague, mas com esta nova questão, com o novo programa que saiu permite pelo menos que o Estado garante o pagamento durante dois anos, penso que isso poderá ser uma garantia, vamos ver aquilo que vai ser a resposta do mercado que temos no concelho da Amadora, em relação a esta matéria, eram estas notas em relação à outra questão Vereador Eduardo ou eu próprio na próxima dar-lhe-ei a informação, muito obrigado”.-----

Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alfragide: “Senhor Presidente é só uma possível achega, pelo que eu sei no fim do período da Presidência da Câmara da CDU, os terrenos que a Estrada do Zambujal separou e dividiu alguns, que o assunto terá ficado resolvido, a informação que na altura está aqui o Nunes por exemplo, a ideia com que fiquei teria ficado resolvido, o Senhor Presidente noutro dia na conversa que tivemos há um bocado eu fui saber, e parece-me que realmente mais junto à rotunda que há ali um pequeno bico que é realmente do IGAPHE, mas penso que, não digo que sou eu que o vou resolver, mas era capaz de tentar, porque é de fácil resolução, e o IGAPHE não vai agora exigir penso eu, porque como o Senhor Presidente sabe, a Junta apresentou uma proposta para aquela zona, uma proposta de ordenamento e construção, como sabe também e a Senhora Vereadora nomeadamente, o pavilhão da Escola dois, três Almeida Garrett foi encerrado, porque está em perigo de derrocada e portanto entendeu o Conselho Administrativo da Escola fechar o pavilhão dos miúdos da Escola dois, três Almeida Garrett estão sem possibilidade como o Senhor Presidente sabe, aquela proposta constava como uma das mais valias ser construído um pavilhão desportivo na área interior da Escola dois, três, além disso como disse ao Senhor Presidente tenho as viatura num parque privado cedido que já me custa, era por um ano e já vão para aí três, e as viaturas continuam lá dentro, é aborrecido, portanto eu pedia ao Senhor Presidente o seu interesse, na possibilidade de definir essa situação dos terrenos e se o projecto fosse viável para a Câmara, se nós poderíamos entrar nesse campo para resolver o problema, resolvia-se o problema da Junta, resolvia-se o problema da Escola, resolvia-se o problema dos académicos, resolviam-se uma data de problemas que estão pendentes há uma data de anos e que com esse projecto, penso eu que ficariam resolvidos, muito obrigado”.-----

Senhor **Presidente da Câmara**: "É evidente, que ficou assente ter uma reunião com o Presidente lá do Instituto, por causa destes terrenos todos, mas não é só aqueles há outros terrenos, que inclusivamente faziam parte de um documento assinado pelas partes de cedência ao Município, e que agora pelo vistos foram prometidos a outros, pelo menos é bom que as pessoas honrem aquilo que são os compromissos assinados e escritos, estamos a falar também disso, há documentos assinados com responsabilização, mas depois esquecem-se que isto está aprovado por mim, pelos técnicos e pela administração na altura do INH e do IGAPHE, bom se eles não assumem os compromissos dos outros, têm que assumir talo e qual eu assumo da Câmara anterior como é óbvio, tem que ser assim, de maneira que temos esta questão para resolver na reunião que irá ser marcada para referir isso, O projecto, não estou a dizer que o projecto que foi apresentado seja a solução que os serviços irão validar, os serviços estão a ver neste momento uma solução, estão a analisar, não quer dizer que seja aquela solução, o que interessa é que aquilo que se resolva, em relação ao pavilhão eu tenho as minhas dúvidas que a mais valia resultante daquilo é para fazer o pavilhão, mas isto é outra questão, até porque mesmo em relação a essa matéria temos que ter uma mais valia aplicada, no âmbito das instalações que são necessárias para a Junta, para os académicos e como tal, nós estamos a falar em habitação que vai ser a custos controlados, se fosse no mercado livre daria, em relação aos custos controlados não deverá chegar, naturalmente eu tenho as minhas dúvidas que dê para fazer um pavilhão coberto do outro lado, bom mas também nós achamos que sobre essa matéria, nós fazemos aquilo que é a nossa competência e colaboramos com o Ministério, mas o Ministério da Educação também tem que colaborar com aquilo que é a sua responsabilidade não é, nós já temos feito isso em relação aos pavilhões, por isso é nessa perspectiva como é evidente, eu acho que além do pavilhão ter aquele aspecto, aquilo de facto é horrível ali, se nós arrumássemos aquele espaço ali, aquilo ficava completamente diferente, e também acabava aquele lixo, aquele mato, e aquele animaizinhos que andam por ali todos, era o ideal e acho que merece aquela intervenção, é óbvio que temos que esclarecer a questão do terreno, espero que esteja rapidamente resolvida, as questões do ponto de vista do projecto estão a ser analisadas, do ponto de vista dos técnicos e depois vamos ter uma reunião, o prazo teve uns acertos, não é nada dramático, para depois naturalmente lançaremos a forma do procedimento, aliás eu acho que podíamos simplificar aquilo, nós com base num estudo prévio conseguimos lançar um concurso concepção-construção, para evitarmos até a questão do tempo de lançar um concurso, projecto,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

especialidades, depois resolveremos as formas, era esta a nota, muito obrigado”.-----

O Senhor **Presidente da Assembleia** não havendo mais intervenções, encerrou este período.-----

-----VII – PERÍODO DA ORDEM DO DIA-----

1 – Apreciação e votação, nos termos do n.º 6 do Artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, da proposta da C.M.A. relativa a *“Concurso Público Internacional para Fornecimento Diário de Refeições nas Escolas do Ensino do 1.º Ciclo e Pré-Escolar – Por Lotes – Adjudicação e Aprovação da Minuta de Contrato (Proposta n.º 315/2007).-----*

O Senhor **Presidente da Assembleia** informou que a Comissão de Desenvolvimento Económico, Finanças e Administração reuniu para análise da proposta da Câmara, na qual esteve presente, e por lapso da Comissão não lhe chegou a acta da reunião, tendo havido parecer favorável, pela circunstância de estar presente, não foi elaborada a acta, fazendo fé das suas palavras.-----

Senhor **Deputado Carlos Almeida**: “Muito obrigado Senhor Presidente, muito boa noite, Senhor Presidente, Senhores Vereadores, Caros Colegas Deputados, Caros Municípes, em primeiro lugar queria pedir desculpa em nome do Grupo Municipal da CDU, nós não houve condições para podermos participar na reunião da comissão de administração, e portanto queria apresentar as desculpas relativamente a esse ponto, sobre esta matéria nós já tivemos ocasião de discutir digamos esta opção política por parte da Câmara Municipal esta opção de fornecimento das refeições às escolas do primeiro ciclo, nós continuamos a considerar que existem outras possibilidades de fazerem o mesmo serviço, com melhor qualidade, e temos aliás dúvidas, e continuamos com dúvidas que esta seja até a forma mais barata digamos assim de resolver este problema, mas eu não vou duplicar uma discussão que já tivemos no passado, queria apesar de tudo colocar duas ordens de questões, uma tem a ver com o seguinte, uma vez mais tal como tinha acontecido no passado, o ordenamento dos critérios para a selecção dos candidatos estabelece que o critério preço tem o valor de sessenta e cinco por cento, e o segundo critério tem

a ver com a qualidade dos alimentos, com a sua confecção, com a sua apresentação, etc. é valorado com trinta e cinco por cento, tendo que destes trinta e cinco por cento, dez por cento tem a ver com a confecção e vinte e cinco por cento com a variedade dos alimentos, a questão que tenho para perguntar é porquê o preço tem o valor de sessenta e cinco por cento, sobretudo porque no caso nós iremos discutir a seguir, uma proposta, outra no caso de uma empreitada para a manutenção para os espaços verdes, onde o preço tem uma ponderação de quarenta por cento, a minha pergunta é porquê tratando-se do serviço de refeições às escolas, o preço tem um critério de sessenta e cinco por cento, e portanto absolutamente esmagador, e numa empreitada de manutenção de espaços verdes o preço tem uma ponderação de quarenta por cento, qual é a justificação, sendo certo evidentemente que a mim parece-me que tratando-se de refeições servidas nas escolas, sabendo todos nós as condições em que muitas crianças do Município chegam à escola, que os aspectos que têm que ver com a qualidade das refeições, a qualidade dos alimentos, a sua concepção, etc., deveria ter um peso importante, de maneira a poder ir fazer selecção e não apenas no que se refere ao preço, se é mais barato, se é mais caro, esta uma primeira nota, uma segunda nota tem a ver com o seguinte e esta é uma dúvida que sem nenhuma consideração senão essa, tem a ver com o seguinte, eu como disse o segundo factor tem a ver com a qualidade das refeições em geral, tem dois subfactores, o segundo subfactor chama-se adequação da confecção à população, eu quando disse a confecção à população, confecção significa produzir refeições, eu pensei que tinha a ver evidentemente com a necessidade das refeições serem confeccionadas, estarem devidamente quentes, estarem apresentadas de modo a que as crianças a que aquelas se destinam, digamos que seja um serviço bom, mas depois leio a seguir no relatório do júri diz assim, da análise das propostas concluiu-se que todos os concorrentes apresentaram ementas adequadas à população, depois diz o júri constatou ser visível o cuidado demonstrado por todos os concorrentes na elaboração das suas ementas, ora a elaboração das suas ementas pensava eu, tinha a ver com o primeiro subfactor, o subfactor A que tem a ver com a variedade dos alimentos, julgo eu que é quando se aprecia a variedade dos alimentos, se aprecia a ementa, porque a variedade é a ementa e a ementa é variável, e eu fico um pouco espantado quando a propósito da adequação à confecção se diz que se aprecia as ementas no critério da adequação à confecção, então fico sem perceber, onde é que se apreciou a adequação à confecção, tanto mais que ainda por cima considerou que este critério até as empresas todas satisfaziam não sei qual, se satisfaziam a adequação à confecção, ou se



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

satisfaziam as ementas tal como aqui está, e portanto todas as empresas foram classificadas com o valor igual, como se diz a seguir, sobre esta dúvida eu gostava de ser esclarecido, ou seja o que é que se apreciou neste sob segundo factor, a adequação à confecção ou as ementas, o que era suposto era as ementas já serem apreciadas no primeiro subfactor, muito obrigado”.-----

Senhora Deputada Cláudia Cardoso: “Sobre esta questão tive a oportunidade de colocar algumas questões à Senhora Vereadora Carla Tavares, que prontamente respondeu, no entanto a nossa posição na Comissão foi de abstenção, e uma das razões já foi aqui numerada tem a ver com facto de que nós não concordamos com este critério de atribuir uma maior percentagem ao preço, e uma percentagem mais baixa à qualidade das ementas, portanto isso pode ser o factor competitivo noutras áreas, mas de facto quando se trata de alimentação devemos ser mais rigorosos e valorizar no nosso entender mais a qualidade, depois como tive a oportunidade de dizer à Senhora Vereadora é evidente que errar é humano, mas o facto da empresa vence os dois primeiros lotes, e a fatia maior deste negócio que não deixa de ser um negócio, não é, foi a mesma que teve em dois mil e cinco um problema sério na Escola E.B um número trinta e um do Lumiar em que ocorreram situações de internamento por intoxicação alimentar, não que dizer que não possa haver enfim desastres, mas pensamos que este sim é um factor de exclusão logo assim à partida”.-----

Senhor Presidente da Câmara: “Senhor Presidente eu vou naturalmente passar à Vereadora, no entanto duas notas gostaria de dizer antes, para a Senhora Vereadora pôr as questões técnicas, levantadas e colocadas aqui, opção política, opção política por parte da Câmara, ou seja que o Senhor Deputado Carlos Almeida entende que esta opção política é uma opção política errada, porque entende que inclusivamente que há outras formas, ó Senhor Deputado é uma opção política que a Câmara toma, uma opção política que está correcta e pode ser validada pelos municípios de gestão de CDU a nível da área metropolitana como sabe, ou então estamos todos errados, e até digo uma coisa, todos os municípios e grande parte dos municípios chegaram à conclusão, independentemente das cores políticas, não vou falar de Setúbal está lá o João, mas a gente não pode viver num mundo fechado, nós temos que perceber também que vivemos num mundo que também é preciso viver a experiência e soluções que outros encontram, os Senhores Deputados não podem por questões políticas, é a política da CDU é assim nos municípios que

não são deles, os municípios que são deles entende que é o contrário, mas a vida é assim, agora o que eu acho é que é assim está por demonstrar que é melhor qualidade, segundo lugar está por demonstrar que é mais barato como o Senhor Deputado diz, e está por demonstrar uma coisa que é esta, a experiência que temos tido ao longo deste tempo é evidente que as coisas vão melhorando, vão-se aperfeiçoando era o que faltava não é, é sempre assim, mas o resultado tem sido positivo, o Senhor Deputado também pode notar e também gostava sobre esta questão, porque só fala nas questões políticas, é uma questão de fundo que está aqui traduzido neste documento Senhor Deputado, omite umas questões naturalmente por ser uma Câmara Presidida pelo PS tem a ver por exemplo, com aquilo que nós introduzimos neste momento, servir o lanche às crianças que até agora só havia naturalmente o almoço, Senhor Deputado acho que é uma questão política também naturalmente, e penso eu que não ficaria mal reconhecer da parte da Câmara tiveram a preocupação de servir melhor e dar as condições às crianças do nosso ensino, Senhora Vereadora em relação às outras questões".-----

Senhora Vereadora Carla Tavares: "Obrigada Senhor Presidente, muito boa noite Senhores Deputados, Senhor Deputado vou tentar responder às questões que colocou, são questões que têm a ver com a elaboração do concurso, com os critérios que presidiu com a apreciação do júri deste concurso, relativamente à questão que coloca dos factores que são ponderados neste processo, o preço e a qualidade, nós não estamos a fazer em nada diferente daquilo que o Ministério faz e que todas as Câmaras fazem relativamente a este processo, e isso não faz que a Câmara tenha menos preocupações quer relativamente à qualidade, quer relativamente às capitações, e isso leva-nos à segunda questão que colocou a variedade dos alimentos e a adequação à população, como sabe o serviço de alimentação eu penso que tem conhecimento disso, quer a crianças do pré-escolar, quer do primeiro ciclo está obrigado a um conjunto de capitações, ou seja a um conjunto de medidas nas diversas unidades alimentares, a variação da roda dos alimentos, etc., um conjunto de factores que são sempre tidos em conta neste processo, ou seja qualquer uma das entidades, primeiro as entidades que concorrem a este tipo de concursos sejam promovidos pelas autarquias, sejam promovidos directamente pelas escolas, sejam promovidos pelo Ministério da Educação, têm que estar acreditadas para o poderem fazer e reconhecidas para o poderem fazer ponto um, têm que ter um conjunto de técnicos, nomeadamente um conjunto de nutricionistas e outros t+técnicos desta área independentemente



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

da autarquia, como penso que tem conhecimento ter também uma nutricionista que acompanhe, como não poderia deixar de ser todo este processo de análise de todo este concurso, acresce ainda também como sabe a autarquia tem tido sempre a preocupação e todas as autarquias felizmente, e assim continuará a ser seguramente de manter à parte todo este processo, como tem conhecimento, temos um procedimento com o Instituto Ricardo Jorge que acontece ao longo de todo o ano lectivo, sem que a Câmara tenha sequer dele conhecimento que um conjunto de técnicos se deslocam a um estabelecimento de ensino para fazerem as necessárias análises à alimentação, como tem também conhecimento seguramente, as próprias cozinhas das escolas não é como era há cinco anos ou seis anos atrás, estão obrigadas desde que tenham alimentação a ter um conjunto de equipamentos, quer de armazenamento da manutenção dos alimentos, as carnes, os peixes, os legumes, tudo tem que estar separado, tudo isso é obrigado a um conjunto de critérios que estão definidos, e que são extremamente rigorosos, outra coisa não poderia deixar de ser relativamente a todo este processo. Relativamente às questões que a Senhora Deputada Cláudia colocou, já tive oportunidade de conversar sobre elas em que na Comissão tivemos a oportunidade de ver esta questão, a questão que coloca da empresa em que vai adjudicado o serviço, eu perdoe-me a sinceridade mas penso que é uma falsa questão, aconteceu com aquela empresa, nunca aconteceu no concelho da Amadora, não estamos livres que aconteça no refeitório Municipal, pode acontecer e não vamos por isso despedir todos os funcionários da Câmara Municipal da Amadora, ou dizer bem vamos ficar sem as cozinheiras ... (mudança de lado da cassete) ... são situações que acontecem, é desejável que não aconteça, e estamos a falar como já lhes referi, é um grupo de empresas que cumprem um conjunto de normas, que não é a Câmara Municipal da Amadora que define, como deve saber algumas delas são normas europeias são definidas, quando de alimentação de crianças se trata, penso que são um conjunto de empresas que há muito anos todos conhecemos a laborar nas mais diversos sítios, escolas, universidades, empresas, áreas de serviço, etc., é um facto que há duas destas todas empresas que todos nós conhecemos, têm uma implementação e um know how e uma capacidade de resposta, porque estão no terreno há muitos mais anos e que se foram consolidando, e tivemos esta experiência e falávamos sobre isso na Comissão, no primeiro ano que lançamos um Concurso Público Internacional, a empresa que ganhou era uma empresa menos experiente ou com menos know how nesta área, e foi um ano particularmente difícil em todo este processo, e a partir daí até porque felizmente, até porque são as empresas que são as

mais bem colocadas e implementadas no mercado, e que depois têm condições relativamente a estes processos e de ter alguma competitividade, quer em termos dos preços, quer em termos da resposta, aliás para responder aos três lotes confecção no local, confecção diferida com palamenta e confecção diferida sem palamenta, só há duas empresas no país que o conseguem fazer, ou seja, que estão habilitadas que era confeccionado local e isso é o mais fácil para qualquer uma das empresas, como também conseguirem deslocalizar a confecção pré-confeccionada para os estabelecimentos de ensino, como sabem nós temos ainda seis escolas onde essa situação é necessária que aconteça, por isso esperemos e até hoje felizmente nenhum problema no concelho da Amadora, nem quando era confeccionado, quando eram as escolas a tratar directamente do processo, ou até em tempos antigos quando havia duas ou três escolas no concelho que contratavam directamente com as pessoas que estavam na cozinha, o objectivo sempre foi uniformizar preços, não haver preços diferenciados de escola para escola no concelho, de um Concurso Público Internacional bem primitivo, os Senhores estão recordados que há sete anos atrás, começamos com este processo, e ainda foi dessa forma, hoje felizmente com a alimentação em todas as escolas do concelho é possível, e foi possível estabilizar o processo, por isso parece-nos desejável que essa situação também não existe, o Concurso vem permitir de facto nivelar essas situações, a qualidade tem sido uma situação que como é natural todos temos tido essa preocupação, e por isso também lhe digo muito sinceramente e já vos tinha dito na Comissão, que de todas as empresas que concorreram há duas que dão a todos um grau de credibilidade completamente diferente e alguma tranquilidade relativamente ao processo, naturalmente não estamos livres que nos aconteça, estamos a trabalhar com alimentação, independentemente de haver todos os cuidados não estamos livres que nos aconteça uma situação, como acontece noutras escolas, como acontece em empresas, como pode acontecer na Câmara da Amadora onde também confeccionamos e onde também é necessário deslocalizar a comida para esse espaço, o desejável é que não aconteça tomamos todas as precauções para que isso não aconteça ao longo do ano lectivo. Relativamente aos critérios, Senhor Deputado penso que tentei esclarecer dentro do possível há questões, nomeadamente da capitação, a roda dos alimentos são questões determinantes que são avaliadas depois no segundo subfactor de qualidade das ementas, e que são avaliados por um nutricionista como é óbvio".----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

Senhor **Deputado Carlos Almeida** (pedido de esclarecimento): "Muito obrigado Senhor Presidente, a Senhora Vereadora, eu quer dizer lamento mas agradeço os esclarecimentos evidentemente, mas a Senhora Vereadora não respondeu às duas questões que lhe tinha colocado, a primeira tem a ver com o seguinte, a Senhora Vereadora diz, as empresas que concorrem têm que estar creditadas para desenvolver esta actividade, evidentemente há-de haver com certeza fundamentação legal que estabelece os critérios e as exigências que estão obrigadas estas empresas, a questão está em saber se a Câmara Municipal entende necessário acrescentar necessário a essas garantias, outras mais que lhe permitam escolher em função de critérios de qualidade, e não em função de critérios de preço esta é a questão, se entende que deve escolher em função de critérios de qualidade, então os critérios de qualidade têm que ser mais valorados do que aqueles que são nesta altura, e a Senhora Vereadora não me esclareceu, porque é que em alguns concursos por exemplo num que vamos discutir a seguir que tem a ver com a manutenção dos espaços verdes, o preço vale quarenta por cento e os aspectos técnicos têm a ver com o desempenho das funções valem sessenta por cento, e neste caso a qualidade dos alimentos e das refeições vale trinta e cinco por cento e o preço vale sessenta e cinco por cento esta era a primeira questão. A segunda questão, ó Senhora Vereadora eu sei evidentemente que os critérios hão de apreciar com certeza a roda dos alimentos, a diversidade dos alimentos, etc., o meu problema, a minha pergunta tem a ver com o seguinte, teve a ver com o seguinte, o segundo subfactor diz respeito à confecção no entanto o relatório do júri fala em avaliação da ementa, a minha pergunta foi, a ementa foi avaliada onde no primeiro subfactor que tem a ver com a variedade dos alimentos, ou no segundo subfactor tem a ver com confecção dos alimentos, e se foi avaliado o segundo subfactor tem a ver com confecção dos alimentos, onde é que foi avaliada a confecção dos alimentos".-----

Senhor **Presidente da Câmara** (resposta ao pedido de esclarecimento): "Ó Senhor Deputado Carlos Almeida, eu digo uma coisa que é a seguinte, eu percebo que o Senhor Deputado coloca as questões da forma como quer, que lhe é mais útil, quanto à questão que o Senhor Deputado diz, a questão do preço, que nós valorizamos a questão do preço em detrimento da questão da qualidade, e o Senhor Deputado diz concretamente é isto, ou seja vocês são uns malandros em vez de valorizar a questão da qualidade, valorizam a questão, não disse a expressão malandros, claro que não, ó Senhor Deputado, vocês desvalorizam mais o preço do que valorizam a

qualidade é isto que o Senhor Deputado diz, aí não foi assim que colocou, então devo estar errado, não foi o contrário nós valorizamos mais a qualidade do que valorizamos o preço, não foi isso o que naturalmente disse, acho que foi o contrário que o Senhor Deputado disse, bom a questão do preço ó Senhor Deputado é óbvio que a primeira questão que nós temos a ver, tem a ver com a qualidade, e o Senhor Deputado sabe tão bem como eu que não vale a pena, que há normas claras e regras relativamente à certificação da qualidade, são regras que estão definidas, universais, regras não só do Estado Português mas também do Estado Europeu, não é verdade, e por isso nós temos que puxar que essa parte está salvaguardada, o resto das questões que estão salvaguardadas tem a ver com duas questões que a Senhora Vereadora disse, e o Senhor Deputado também sabe que são verdade, tem a ver com o leque dos produtos alimentícios que têm que ser prestados às crianças e sobre essa matéria o Senhor Deputado também sabe, que há normas definidas em relação a tipo de alimentos que têm de ser incluídos nas refeições estão aferidos, também sabe disso, estão quantificados e definidos por quem estudou esta matéria, e por quem sabe mais do que eu seguramente, as coisas estão definidas, as refeições têm que obedecer a um conjunto de produtos com determinado tipo de características, e por isso estas questões também me dão uma tranquilidade Senhor Deputado, mas em relação ao que o Senhor Deputado diz que o júri valorizou um ponto ou valorizou outro, como é que fez a análise é isso que o Senhor Deputado quer dizer, eu quero-lhe dizer que sobre esta matéria não sei como é que o júri fez, não sei como é que fez, agora que as questões foram analisadas como é óbvio, e o Senhor Deputado também conhece o relatório e sabe perfeitamente a definição daquilo que são os produtos, nomeadamente os diferentes produtos alimentícios, não só na área das carnes, na área de peixe, na área dos legumes, na área das frutas, o Senhor Deputado também sabe disso, está definido, um conjunto de regras que obedece, e por isso também a questão do preço também não é indiferente, não é determinante seguramente, porque há aqui um conjunto de questões, mas não é indiferente, eu quero-lhe dizer Senhor Deputado se nós valorizássemos a questão do preço pode ter a certeza que era as mesmas empresas com os mesmos produtos e com a mesma qualidade e o preço é que subia, não tenho nenhuma dúvida sobre essa matéria, Senhor Deputado não tenha dúvidas, duas empresas com capacidade de resposta que sabe quais é que são, viu-as, a não ser que o senhor Deputado me queira dizer que acha que as empresas ganham pouco, nós devíamos-lhes pagar mais para fornecer a alimentação às crianças, se é essa a filosofia, não é seguramente a sua filosofia a minha também não é, por isso Senhor Deputado



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

nós também sabemos aquilo que são os preços aceitáveis, e aquilo que são os preços praticados no mercado em relação a determinado tipo de refeições de qualidade, como é óbvio, se fizéssemos um concurso escola a escola seguramente aí haveria um conjunto de todas as entidades, mas que não dariam as condições para fazer este tipo de serviço, e aí os preços disparavam como o Senhor Deputado sabe, porque aqui também há uma questão de economia de escala em relação ao fornecimento de refeições que servem, o Senhor Deputado sabe tão isso como eu, por isso nós achamos e o Senhor Deputado no final verificou que o preço foi atingido, é um preço que não é, é um preço justo em relação ao produto, em relação ao material que é fornecido, mas não é os “unhas de fome” ou seja esmagámos os concorrentes, no sentido de eles coitados não perderem dinheiro e fornecerem um produto de não qualidade, eu acho Senhor Deputado que a questão do preço tem que estar sempre em cima da mesa naturalmente, porque há um conjunto de questões do ponto de vista da qualidade e das certificações dos produtos que estão completamente definidas, e para as quais não tem o preço variante, como o Senhor Deputado sabe, depois há uma questão que tem a ver com a questão da confecção, depois também há aqui um ponto a ter, que é a própria forma como eles fazem a confecção, pelo número de pessoas que envolve, também tem a ver com isso como é óbvio, não é seguramente a questão do produto, eu acho que é mais isso, porque acho que é o que faz sentido é que seja isto como o Senhor Deputado sabe”.-----

Não havendo mais intervenções o Senhor **Presidente da Assembleia** colocou a proposta a votação, sendo aprovada por maioria com 28 votos a favor e 7 votos contra (Documento anexo à presente Acta).-----

2 – Apreciação e votação, nos termos do n.º6 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, da proposta da C.M.A. relativa a *“Concurso Público Internacional para Prestação de Serviços no âmbito do Programa de Generalização do Ensino do Inglês nos 3.º e 4.º Anos do 1.º Ciclo do Ensino Básico – Por Lotes – Adjudicação e Aprovação da Minuta de Contrato (Proposta n.º 316/2007)”*.-----

O Senhor **Presidente da Assembleia Municipal**, informou que a Comissão de Desenvolvimento Económico, Finanças e Administração da Administração também reuniu, que

a Senhora Vereadora Carla Tavares deu esclarecimentos que foram solicitados, também embora não lhe tenha chegado o parecer escrito, disse que houve votação em que maioritariamente houve voto favorável a esta proposta.-----

Senhor Deputado António Carixas: “Vou começar rapidamente, porque o tempo é curto pela questão política Senhor Presidente, a Amadora não é diferente dos outros Senhor Presidente, não é, nós candidatamo-nos a um programa e nós temos que respeitar o nosso programa, que não é de forma nenhuma diferente dos outros, o nosso programa da CDU diz que preferencialmente pela intervenção municipal, pela administração municipal, esse é o nosso princípio em qualquer ponto do país, agora é difícil depois claro, quando se reduzem os números de lugares de determinadas categorias profissionais, como as ajudantes de cozinha, como as cozinheiras, como, como, claro que depois é difícil chegar a outra solução, naturalmente que a Câmara não teria outra solução relativamente ao problema anterior, naturalmente se nós tivéssemos na gestão não iríamos arranjar contratados rapidamente cinquenta, sessenta, cem cozinheiras, porque não vamos fazer isso com certeza, temos que ser realistas, mas a nossa intervenção é municipal em qualquer lugar e pela intervenção municipal. Rapidamente em relação à questão do inglês, nós o ano passado levantámos algumas questões que parece que tínhamos alguma razão, pelo menos alguma razão, tanto que tínhamos alguma razão que hoje o Ministério da Educação basta ir à página da internet do Ministério da Educação levanta algumas questões, que nós levantávamos antes, nomeadamente, relativamente por exemplo às habilitações dos professores, e faz algumas recomendações para o próximo ano lectivo, relativamente às habilitações, relativamente à intervenção das próprias escolas, dos agrupamentos das escolas, que devem ter essa verificação e controlo relativamente às habilitações, nós falávamos do pagamento aos professores, que havia de facto valores ridículos, e hoje o Ministério da Educação aponta com dois índices de pagamento, havia aqui uma série de coisas que nós levantávamos na altura e parece-me que tínhamos alguma razão, este é um modelo como o anterior, não era este o caminho que nós tomaríamos se fôssemos nós a geri-lo, daí de facto votamos contra, ainda bem que há aqui algumas correcções, com essas correcções estamos de acordo, muito obrigado”.-----

Senhor Presidente da Câmara: “Ó Senhor Deputado Carixas permite-me a questão política, a questão da parte vai a Senhora Vereadora naturalmente, o Senhor Deputado diz nós, no nosso



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

programa, vós CDU no vosso programa dizem preferencialmente este serviço ser feito pelo município é isto, é o geral, pensei que era só da Amadora, preferencialmente na Amadora, afinal era para todos, o quero dizer é que alguns sítios preferencialmente estão a seguir esse caminho, porque acharam que o outro caminho era melhor, nós nunca pusemos no programa essa questão, nós não temos essa visão, nós temos uma visão aberta, todos os modelos para nós soa abertos, e achamos que este era o modelo mais correcto do ponto de vista do fornecimento e capacidade de resposta em relação aquilo que tem a ver com as refeições no âmbito escolar, por isso fomos por esse caminho, assim como a questão do inglês como sabe. Sobre a questão do inglês o Senhor Deputado também sabe, e reconhece que há coisas que foram corrigidas e foram corrigidas no âmbito da orientação do Ministério como sabe, o Ministério deu as orientações em relação ao passado e deu agora correcções, e ainda bem é evidente que no primeiro ano de aplicação há sempre questões que têm que ser corrigidas, se calhar para o ano haverá outras correcções que terão que ser feitas, naturalmente, mas estou certo que o Senhor Deputado aqui não queria defender uma questão que a Câmara contratasse os professores e passassem a ser os professores contratados pela Câmara a dar o inglês, penso que não era isso que o Senhor Deputado defendia, em relação aos cozinheiros eu compreendo, em relação ao inglês não iriam tão longe, e por isso Senhor Deputado o que eu lhe peço é uma questão de orientação já agora, porque como eu não li o vosso programa, reconheço que não li, saber em relação a esta questão do inglês qual era o modelo que vocês iriam seguir, a não ser que vocês não achem que o inglês não é importante, o Senhor Deputado o Governo assumiu em parceria com as Câmaras Municipais, e eu quero-lhe dizer que apesar da reacção nacional da CDU em relação a esta matéria, só catorze câmaras a nível nacional estão fora do inglês, todo o resto inclusive aderiram, nós conseguimos que o Senhor Deputado em relação a esta matéria fazer algumas alterações em relação a fazer valer algumas posições, algumas das posições foram corrigidas e outras que devem ser corrigidas no futuro, agora eu só gostava de saber qual era o método que vocês faziam em relação ao inglês era só para saber, nós achamos que deve ser o Ministério da Educação, e depois vocês continuam também a fazer os acórdãos com o Ministério da Educação e algumas Câmaras Municipais essa é óptima".-----

Não havendo mais intervenções o Senhor **Presidente da Assembleia** colocou a proposta a votação, sendo aprovada por maioria com 24 votos a favor, 7 votos contra e 4 abstenções

(Documento anexo à presente Acta).-----

3 – Apreciação e votação, nos termos do n.º 6 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, da proposta da C.M.A. relativa a *“Concurso Público Internacional para Manutenção de Diversas Zonas Verdes do Concelho da Amadora – Por Lotes – Abertura (Proposta n.º 326/2007)”*.-----

O Senhor **Presidente da Assembleia**, informou que houve reunião da Comissão de Desenvolvimento Económico, Finanças e Administração, também houve votação aprovando a proposta.-----

Senhor **Vereador Gabriel Oliveira**: “O que nós há vários anos realizamos é o concurso de manutenção de espaços exteriores, tem dado excelentes resultados no município, penso que está tudo claro, obrigado”.-----

Senhor **Deputado Carlos Almeida**: “Muito obrigado Senhor Presidente, esta proposta diz-se logo no segundo parágrafo, os serviços da Câmara não dispõem de meios humanos disponíveis para realizar este tipo de tarefas em toda a área do município, que é o que se torna necessário, lançando um procedimento para manter diversas zonas verdes do município no concelho da Amadora efectuar por lotes, tal, tal. A primeira pergunta é a Câmara não tem por opção, ou não tem porque há uma dificuldade qualquer em ter, porque isto coloca-nos um problema, qual é a filosofia que esta Câmara Municipal, que a maioria do partido socialista tem relativamente aos serviços municipais, os serviços municipais servem para quê, porque se nós olharmos no concreto, por exemplo para a questão dos espaços verdes, nós temos espaços verdes transferidos para as freguesias, vamos ter agora espaços verdes mantidos através de empreitada, e portanto o que é sobra exactamente, qual é nesta altura, a capacidade instalada no município relativamente a esta área em concreto, qual é a política do município relativamente a esta área, e qual é a vocação que esta maioria do partido socialista entende dever atribuir aos serviços municipais nesta área no concreto, porque só assim dizer os serviços não têm condições não se percebe, porque se a opção é um município não deve fazer manutenção dos espaços verdes e deve contratar fora, se a opção é esta então não haveria necessidade de encontrar esta justificação, dir-



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

se-ia logo a Câmara Municipal entende que, tal, tal, tal, tal aliás como se faz em relação a outras matérias, agora dizer que não dispõe de meios humanos disponíveis sem se clarificar exactamente qual é a política do município nesta área concreta, e qual é que entende a vocação dos serviços municipais nesta área parece um pouco “gato escondido com rabo de fora”. Relativamente ainda a um outro aspecto, que tem que ver com o seguinte, a nós parece-nos deveriam ser aprofundadas, desenvolvidas outras experiências para alguns espaços verdes, evidentemente não para todos, mas para alguns deveriam ser desenvolvidas e aprofundadas experiências que contassem com redes de vizinhança, de associações de moradores, digamos de participação cívica nesta área que do nosso ponto de vista não está a ser aprofundada, nem desenvolvida, finalmente eu fiz um esforço para encontrar no zonamento que a Câmara Municipal fez, fiz um esforço para encontrar um critério, e confesso que não encontrei, não vislumbrei um critério geográfico, porque há zonas que envolvem áreas verdes muito afastadas, não encontrei um critério tipo lógico, porque numa mesma zona, há grandes e pequenas áreas verdes, grandes e pequenos espaços verdes, e portanto fiquei um pouco na dúvida, se saber se, o que se tratava era de juntar para fazer um valor qualquer em metros quadrados e depois constituir três lotes, ou se havia algum critério, alguma filosofia que presidisse ao ordenamento em três zonas, muito obrigado”.-----

Senhor Deputado João Paulo Castanheira: “Muito obrigado Senhor Presidente, só uma nota sobre esta intervenção do colega da CDU, para dizer o seguinte, eu espero de facto que a Câmara não tenha pessoal para executar estas tarefas por opção, espero que seja essa a razão, porque eu acho que a missão desta Câmara, como de qualquer outra Câmara ou serviço público é prestar um serviço público, e um serviço público presta-se não necessariamente com pessoal próprio, o serviço público aquilo que se pede é que seja prestado um serviço público de qualidade aos cidadãos pelo melhor preço possível, é isso é que se pede, e portanto eu hoje já é a terceira proposta e eu vim cá porque começo a ficar um bocadinho acomodado com esta obsessão pela contratação do batalhão dos cozinheiros e do batalhão dos jardineiros, nós temos é que contratar pessoal, nós temos é que engordar o Estado, nós temos que aumentar o pessoal ao serviço do Estado, temos que aumentar o deficit público é uma obsessão preocupante, os Senhores deviam era preocupar-se enquanto autarcas eleitos pela população, porque a Câmara preste um serviço público de qualidade, o que interessa é que os jardins estão bem tratados, o

que interessa é se as aulas de inglês são bem ou não são bem dadas, o que interessa é quanto é que isso custa ao erário público, e não estar aqui a engordar o Estado com pessoal, porque como sabemos isso tem reflexos, e tem uma série de encargos e despesas para o Estado que se vão prolongar por toda a vida, e é essa a vossa opção, eu acho que não, o que interessa é a qualidade do serviço público e a quanto é que custa esse serviço público, portanto esta opção é uma coisa que a mim, para mim é alucinante”.-----

Senhor **Deputado Carlos Almeida** (pedido de esclarecimento): “De fazer o seguinte esclarecimento ao senhor Deputado, já que diz que nós temos esta obsessão pelo público, não é verdade, se questão é prestar um bom serviço público, porque é que não vamos privatizar por exemplo o exército, o exército privado pode fazer um bom serviço público, porque é que não vamos privatizar por exemplo as finanças a cobrança de impostos, porque não, já agora privatizemos as Câmaras Municipais e as Juntas de Freguesia, a Assembleia Municipal privatizemos, aliás a opção é pela privatização, provavelmente será essa, a opção pela privatização, esse critério penso eu, esse uni critério serviço público parece-me escasso de fraca argumentação, peço desculpa mas de fraca argumentação, gostava de saber mais alguma coisa, se não há mais critérios”.-----

Senhor **Deputado João Paulo Castanheira** (resposta ao pedido de esclarecimento): “Em primeiro lugar eu não lhe quero dar nenhuma aula, como é evidente, longe de mim tal ideia, de qualquer maneira em primeiro lugar dizer o seguinte há uma diferença entre privatizar, há uma diferença entre privatização e concessão ou contratação de serviços, como sabe há uma diferença, fraco exemplo, não vê diferença entre as funções do exército e as funções do jardineiro ó Senhor Deputado, sabe o que são funções de soberania”.-----

Senhora **Deputada Cláudia Cardoso**: “Eu só pedi a palavra para dizer uma coisa, esta é uma boa oportunidade voltando à extrema obsessão da Agenda Vinte Um Local, esta questão dos espaços verdes, da realização dos espaços públicos e inclusivamente a discussão de criação de novos postos de trabalho, também pode ser discutida no âmbito da Agenda Vinte Um, portanto faz todo o sentido, é pena que esta decisão seja tomada fora dessa excelente ferramenta de gestão participativa. Relativamente a esta questão da qualidade, fico a sensação que há uma



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

predilecção relativamente à qualidade associada a tudo o que é privado, e portanto isso não é verdade, não é estanque que seja assim, e há ainda uma outra questão que me preocupa, que é as pessoas que estão inscritas nos Centros de Emprego e que têm formação até para jardineiros, até que ponto a autarquia desenvolve esforços para que essas pessoas que fazem esses cursos de formação sejam empregadas, de alguma maneira não é”.-----

Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alfragide: “É uma pergunta muito rápida, eu queria perguntar ao Senhor Presidente em função deste valor dos trezentos e trinta mil euros anuais que vão ser postos em concurso, em relação ao que as Juntas, até este momento recebem pela conservação dos espaços verdes, qual é a relação de preço entre o que vão pagar às empresas e o que pagam às Juntas por metro quadrado, era só isto, muito obrigado”.-----

Senhor Deputado António Carixas (pedido de esclarecimento): “Eu só queria dar duas notas, ó Senhor Deputado sabe porque e que algum de nós tem a obsessão do deficit, nós não podemos investir naquilo que é realmente necessário às populações, é que alguns de nós saudavelmente temos esta obsessão, porque sabemos que um deficit é mau para o Estado, é mau para os portugueses, é mau para os contribuintes, ao termos deficit não podemos investir naquilo que é fundamental, deixe-me dar-lhe uma nota sabe onde é que o cassetete é bem usado, é onde o socialismo real vinga na Venezuela, em Cuba, na Coreia do Norte é aí que o cassetete é bem usado, nas democracias ele não serve para nada”.-----

Senhor Deputado Paulo Torres: “Eu fico um pouco espantado de verificar que hoje em dia há pessoas que não conseguem distinguir um tanque, ou um navio de guerra, com um cortador de relva, como é óbvio a diferença nestes tipos de serviços é que, há um monopólio que é o uso da força que esse é que há-de sempre pertencer ao Estado como é lógico, é garantido, e há funções que implicam a autoridade do Estado de Direito, essas aí são sempre reservadas ao Estado as outras todas que se consiga uma maior eficiência económica, sendo prestada por privados, como é óbvio a opção financeira, nos Estados Unidos não é bem assim, na Coreia do Norte também é bastante diferente, como é óbvio se nos compararmos exemplos de outro lado. Quanto ao ponto da ordem de trabalhos é óbvio que provavelmente se consegue um custo muito menor para o mesmo serviço, com qualidade equivalente, ou seja, termos de qualidade equivalente, havendo

várias empresas para prestar esse serviço, do que havendo um grupo de funcionários que independentemente de fazer bem ou mal, consumir muitos recursos ou poucos, vai ter que ser ele a fazê-los, porque ainda por cima estando num quadro de funcionários de nomeação de direito público, como seria um quadro de jardineiros da Câmara Municipal, como se calhar a CDU queria ter mantido e aumentado ao longo dos anos, iria acontecer porque está demonstrado que em Portugal, este tipo de serviços, sai muitíssimo mais barato, desde que se cumpram todas da contratação pública e de racionalidade financeira do que ser efectuado".-----

Senhor Presidente da Câmara Municipal: "Permitam-me que comece pela questão, desmontando aquela questão que está na proposta em que diz, tive a ler para não errar, li outra vez e por isso não me enganei, diz que a Câmara não dispõe de meios humanos disponíveis para a execução deste tipo de tarefas. Em primeiro lugar não dispõe, nem é essa a opção, e não quer dizer com isso que os funcionários da Câmara são maus, não é essa a questão, nós temos funcionários da Câmara nos espaços verdes que têm uma tarefa e fazem um bom serviço, o Senhor Deputado também sabe bem, e nós conhecemos um conjunto de criações na área de espaços verdes e na manutenção de alguns espaços verdes que é feito pelos serviços da Câmara, o que nós não temos é quantidade de gente necessária, no sentido de fazer um tratamento dos espaços verdes em condições, e nós não temos a fobia de tudo o que é privado é bom e tudo o que é público é mau, não temos essa, nós temos várias opções sobre os espaços verdes como o Senhor Deputado sabe, temos alguns que são feitos pela Câmara, alguns espaços verdes, temos do ponto de vista de manutenção feitos pelas Juntas de Freguesia e grosso modo a maioria das Juntas de Freguesia faz bem, temos algumas das Instituições do concelho que também fazem a manutenção dos espaços verdes, a AFID por exemplo, porque tem formação, tem um custo de jardineiros em relação a crianças com deficiência e nós também entregamos, porque achamos que deve ser trabalho feito, não é feito por funcionários da Câmara é feito por outros e por isso nós não temos aqui nenhum download, não temos aqui uma questão só pode ser funcionários da Câmara, não pode ser nada da Câmara tem que ser tudo privado, e não tem a ver com o preço Senhor Deputado, à bocado o Catolino perguntava se esta questão a empresa é mais barato, ou mais caro, é evidente que nós temos que ter em conta o preço, como deve imaginar estamos a consumir dinheiros públicos, mas essa não é a questão determinante e não interessa quantificar quanto é, porque acho que isso não é importante sempre, saber se custa mais esta verba ser feita



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

por uma empresa privada ou o que eu pago às Juntas de Freguesia por metro quadrado, às Juntas de Freguesia é mais caro, mas não é essa a questão, não é uma questão determinante, e uma questão que coloque em causa os orçamentos da Câmara é mais caro, mas não tem a ver com isso, o Senhor Deputado também sabe que há casos que as Juntas de Freguesia tem a descentralização da Câmara e depois eram eles próprios de subcontratam empresas para esse tipo de serviço, e nós não fomos contra isso, nem impusemos acabou, há uma questão também em relação a esta matéria apesar de não ser os funcionários da Câmara, mas ser as Juntas de Freguesia, as formas que eles entendem e pela forma como fazem e a responsabilização está atribuída, descentalizámos isso, nós temos que saber se cumprem, aquilo que são os objectivos se cumprem a qualidade em relação ao tratamento e manutenção dos espaços verdes, é isso que temos que ver, e felizmente tem havido da parte das Juntas de Freguesia uma evolução do ponto de vista do tratamento dos espaços verdes, porque esse é o padrão que temos que ter, quer seja da Junta de Freguesia, quer seja de uma empresa, quer seja uma instituição de solidariedade, ou seja é um trabalho que é dado e tem que ser executado com qualidade não pode ser doutra forma, mas o Senhor Deputado também sabe, que há casos e eu só não vou fazer cortes, porque colocava algumas Juntas de Freguesia não muitas em situação, em relação aos espaços verdes que já não existem, espaços verdes que nunca foram mantidos que não posso, a alguma juntas e o Senhor Deputado também sabe quais é que são, nós temos por principio que o espaço que é tratado tem que ser mantido, nós gastamos dinheiro na manutenção dos espaços verdes, e temos que utilizar os meios mais adequados consoante as situações, e eu quero-lhe dizer que o que hoje temos aqui é este tipo de abertura de concurso para este tipo de lotes, três lotes como o Senhor Deputado dizia, mas o Senhor Deputado dizia qual é o critério, se o Senhor Deputado olhar precisa de um critério, aí não então tenho que lhe dar um mapa, tenho que lhe fazer um mapa e explicar, isto é em tal sítio é próximo daquilo, ó Senhor Deputado tenho que lhe explicar, dois lotes estão claramente estabelecidos em relação de quais são as zonas, o terceiro é o sobrante, claro tem umas partes de uns e de outros, do sobrante como é evidente, o Senhor Deputado disse que não havia nenhum critério para fazer nenhum lote, não existem, apesar destes três lotes que foram para concurso público e que se propõe aqui a adjudicação ao privado e como digo foi uma questão de opção, ter na Câmara a necessidade de o fazer e isso obrigava à admissão de um conjunto de deputados como o Senhor Deputado sabe, para os funcionários que tenho já fazem muito, não é possível dar resposta a isto, as Juntas de Freguesia dão resposta a uma parte, em

relação ao resto nós estamos disponíveis, em centralizar para as Juntas de Freguesia outros espaços, mesmo alguns destes que estão aqui agora no futuro, como em relação a outras Instituições nomeadamente AFID e outras Instituições do género, estamos disponíveis, agora nós não temos nenhuma opção, não temos, mas temos claro opções do ponto de vista de gerir temos, e Senhor Deputado dizer-lhe isto, o conceito que os Senhores Deputados têm é de facto esse, é que as Câmaras Municipais devem fazer tudo, um bom serviço à população, não quer dizer que seja as Câmaras Municipais a fazê-lo, mas têm que ser as Câmaras Municipais a mandá-lo executar a fiscalizar e que ele seja feito, esse é que é o serviço público, o Senhor Deputado não tenha duvidas, o que a população quer naturalmente é que o serviço seja feito, bem feito e também preferivelmente preços mais baratos, como é evidente, é isto, e essa é a nossa obrigação, por isso nós em relação a esta área, ou outra área qualquer tomaremos as opções adequadas a cada área específica, e aquelas que forem melhores naturalmente para o Município, quando falo para o Município digo cofres municipais e também em relação ao serviço que prestamos à população, de maneira que era estas notas que eu lhe queria dizer. Sobre a questão da Agenda Vinte e Um há bocado não respondi, porque não sei, não quero meter em questões sobre as quais o meu Vereador está a tratar, mas porque é que nos esperamos pela questão da Agenda Vinte Um deste concurso, que poderia ser englobado no âmbito da Agenda Vinte e Um, ó Senhora Deputada não se esgota seguramente a Agenda Vinte e Um, não tem a ver com a contratação dos jardineiros por parte da Câmara, não é isso seguramente, é muito mais do que isso, sobre a questão da participação e a Senhora Deputada também sabe, a Câmara não pode dizer a partir de agora como alguns sítios é feito, a Senhora Deputada também sabe há um conjunto de países, onde estas questões evoluíram muito mais, há um conjunto de países em que o espaço público envolvente de um conjunto de edifícios é tratado pelos próprios, é gerido pelos próprios, até a organização das frestas é feita pelos próprios existe isso, basta ir a Espanha, basta ir a Barcelona, não é fácil conseguir-se isso a maior parte das pessoas não estão para isso, há de me explicar em que países é que fizeram isso para saberem a experiência que têm sobre esta matéria, eu não conheço nenhuma, quero-lhe dizer anda um país inteiro e não conheço nenhuma experiência dessas de fomentação, e que aquilo funcione, e que já tenha os moradores a participar na manutenção, nós estamos no sentido de fazer Juntas de Freguesia centralização, e em determinadas Instituições, nomeadamente às Instituições que conhecemos e bem, se do meu ponto de vista perguntarem fazem bem, fazem o serviço, há quem ponha em



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

dúvida será que as pessoas deficientes conseguem fazer a manutenção de parques, claro que sim, conseguem e é bom e também é um incentivo para os próprios jovens também sentirem que fizeram um curso e têm capacidade de fazer um trabalho como outro qualquer, e é nessa perspectiva que queremos continuar a apostar, eu quero-lhe dizer mesmo em relação a esta associação estou disponível a centralizar outros espaços verdes para eles fazerem esse tipo de trabalho, não tenho essa questão de dizer para privados nunca, há espaço e há necessidade e há resposta para todos, e eu acho que o objectivo é mostrar bom iço à população, e é isso que a população nos exige que seja feito, e também tendo em conta a área financeira que como o Senhor Deputado sabe é importante o dinheiro, mas não é tão determinante. Por isso Senhor Catolino as Juntas de Freguesia custa-me mais alguma coisinha, não estou a medir nessa perspectiva, mas acho que é um trabalho que as Juntas fazem bem, e acho que cada vez estão a fazer melhor, e acho que podem fazer muito mais trabalho em relação ao futuro, e isso não nos obriga no meu ponto de vista, nós temos a fobia que é vamos admitir cem jardineiros para fazer a manutenção dos espaços verdes, os jardineiros que eu tenho são suficientes em relação ao trabalho que eles estão a fazer, estão a fazer um bom trabalho na área de construção e de manutenção na área dos equipamentos de alguns espaços verdes, porque há espaços verdes que nenhuma empreitada privada conseguia fazer, porque o Senhor Deputado também sabe que há zonas em que os privados não lhes interessa ir à construção de alguns tipos de espaços verdes não rende e nós temos pessoal especializado que temos ...(mudança de cassete) ...”-----

Não havendo mais intervenções, o Senhor **Presidente da Assembleia** colocou a proposta a votação, sendo aprovada maioria com 28 votos a favor e 6 votos contra (Documento anexo à presente Acta).-----

Senhor **Deputado Jaime Garcia** (declaração de voto): “Senhores Vereadores, Senhores Deputados, caríssimo público, eu quero começar já por dizer que não tenho nada contra o privado, para além daquilo que é a minha actividade autarca, também faço parte do privado, portanto lógico à partida não podia ser contra o privado, agora também me escusei de participar neste debate por duas razões específicas, primeiro por dever de lealdade político, já mais de subserviência, por lealdade política porque eu sei perfeitamente, no ponto dois se eu tivesse intervindo seguramente como já tem sido habito, cada vez que eu tomo uma posição diferente à

da minha bancada à um determinado aproveitamento politico que eu não queria que ele acontecesse e foi exactamente por isso que eu não entrei, mas também não é menos verdade que cabe-me o direito de me defender e por isso é que eu achei por bem entregar por escrito ao senhor presidente, cabe-me por direito defender aquilo que é a defesa intransigente aquilo que eu acho, eu o meu executivo é melhor para a minha Freguesia e era-me tão caro o terceiro lote principalmente no que concerne ao parque do Zambujal, que ando desde a sua concepção, mesmo antes dela.... (interrompe o Senhor Presidente da Assembleia).-----

O Senhor Presidente da Assembleia: "O Senhor Deputado ou lê a declaração de voto ou se quer fazer uma intervenção não o deixo fazer, a declaração de voto fica anexa à acta."-----

O Senhor Deputado Jaime Garcia procedeu à entrega da Declaração de Voto (Anexa à presente Acta).-----

4 – Apreciação e votação, nos termos da alínea b) do n.º 1 do Artigo 53.º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, da proposta relativa a *"Revisão do Mapa Judiciário e implicações para o Município da Amadora"*.-----

O Senhor Presidente da Assembleia informou que este ponto foi agendado por um pedido feito pelo Grupo Municipal da CDU, dando a palavra ao Senhor Carlos Almeida para a sua apresentação. (Documento anexo à presente Acta).-----

Senhor Deputado Carlos Almeida: "Muito obrigado, Senhor Presidente, nós na última Assembleia tivemos já ocasião de tratar esta matéria como é sabido está em curso um processo complexo de revisão do mapa judiciário do país, à um conjunto de estudos que são públicos, à um debate em curso sobre essa matéria e tanto quanto se conhece dos vários estudos ou dos vários projectos que estão em cima da mesa são de algum modo preocupantes relativamente à Amadora na medida em que implicam uma clara menorização do estatuto do tribunal da Amadora com o desvio de competências importantes para outras regiões designadamente para Sintra, para além disso, os próprios conceitos que informam boa parte dos estudos que tem sido desenvolvidos tem sido objecto de debate e discussão entre os operadores judiciários, o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

Ministério Público, os advogados, etc., em particular a questão das unidades territoriais tem sido discutido sobre a sua adequação em este debate em torno da justiça, entre tanto já depois da apresentação da nossa proposta o governo legislou sobre esta matéria e considerou que haveria algumas situações que justificavam que independentemente da revisão do mapa judiciário que está em curso que fosse introduzido algumas medidas de urgência no nosso ponto de vista algumas dessas medidas de urgência adensam algumas das nossas preocupações na medida em que é visível ali o reforço das competências no tribunal de Sintra designadamente em matéria de família e menores, criminal, execução, etc., e a nós parece que existe todas as razões para estarmos preocupados e que esta matéria justifica que a Assembleia Municipal desenvolva um processo de discussão pública envolvendo os operadores judiciários, os agentes sociais e económicos do concelho também, para que em tempo útil seja possível reunir informação que fundamente uma tomada de posição clara dos órgãos do município, em tempo que possa essa tomada de posição ser tida em conta, ser ponderada pelos órgãos que evidentemente, no país, o Governo, a Assembleia da República, terão competência para legislar sobre essa matéria portanto a nossa proposta vai um pouco neste sentido por um lado a nossa afirmação de princípio que a Amadora tem direito a um tribunal e a um tribunal que responda de facto as necessidades quer relativamente a litigância que é gerada no concelho, quer às necessidades dos agentes sociais e económicos do município, por um lado, por outro lado que a Assembleia Municipal use a sua competência a sua vocação, as suas atribuições para desenvolver um conjunto de contactos junto de organizações, ordem dos advogados, etc., do nosso ponto de vista estes contactos, este trabalho que propomos que a comissão desenvolva deve conduzir evidentemente a um relatório e de produzir uma tomada de posição por parte da Assembleia Municipal e desse ponto de vista sugerimos que por um lado não haja limitações de qualquer espécie relativamente às entidades que devam ser ouvidas, a nós parece-nos que algumas entidades mesmo que não tenham representação no município deveriam ser solicitadas por parte da Assembleia Municipal a prestassem esclarecimentos e informações, porque isto é evidentemente uma matéria complexa e por outro lado que a Assembleia Municipal e a comissão fique encarregue de fazer este trabalho, que o faça em condições de alguma celeridade evidentemente de maneira a que os resultados que poderem vir a ser produzidos que sejam em tempo útil para o debate que nos órgãos de soberania, que haverá com certeza sobre esta matéria, obrigado.”-----

O Senhor Presidente da Assembleia abriu as inscrições.-----

Senhor Deputado Luís Guarita: "Senhor Presidente, muito obrigado, com todos sabemos o tribunal da Amadora é uma questão antiga, e que tem estado na agenda política de todos os partidos de um espectro ou outro desta Assembleia Municipal, tem sido algo que tem sido visto como uma necessidade da Amadora um tribunal completo com todas as valências e a própria Câmara em diversas ocasiões e os diversos executivos existentes tem assumido isso com uma carência efectiva da Amadora conseguisse à poucos anos atrás que houvesse um tribunal efectivo, um tribunal funciona em instalações provisórias, portanto esta é uma questão central, e uma questão complexa nós achamos que as preocupações que a CDU aqui trás tem razão de ser fazem sentido achamos que não devem ser discutidas do ponto de um ponto de vista dogmático, ou seja não devemos fechar os olhos apenas porque algumas coisas possam ser retiradas e outras possam ser ganhas, mas achamos que este debate deve ser aberto, deve ser esclarecedor e deve beneficiar a Amadora naquilo que a Amadora realmente necessite, nós estamos abertos a fazer essas discussões achamos por bem que a CDU aqui tenha trazido a questão e achamos que o debate deve efectivamente ser aberto, porque também não sabemos o que realmente vai acontecer, porque como muito bem a CDU aqui referiu aquilo que está em causa são os estudos, neste momento o que está em causa são os estudos não são decisões não à decisões tomadas são os estudos, estão em causa orientações, estão em causa ideias para uma nova formação daquilo que é o mapa judiciário e daquilo que são as valências judiciária existentes em cada uma das grandes áreas, portanto nós achamos que essa discussão deve ser feita a Amadora deve ter essa preocupação de fazer essa discussão os partidos políticos e as diversas organizações existentes na Amadora que queiram fazer essa discussão devem faze-la porque se do passado discutíamos o tribunal e a necessidade de termos um tribunal equipado com todas as valências que servissem a Amadora tendo em conta os diversos problemas existentes, também agora devemos fazer essa discussão para que não nos caia, entre aspas, um dia destes o menino nas mãos com decisões e soluções que não ajudam a população da Amadora, não ajudam os Amadorenses e tornam aquilo que temos hoje pior ainda, porque efectivamente alguns destes estudos podemos verificar que as soluções que se apontam são piores para a Amadora, agora não me parece que tenhamos que ser dogmáticos, não me parece que tenhamos que dizer logo que não, não me parece que tenhamos que utilizar aqui isto como arma de arremesso político para o que quer que seja acho que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

devemos ter um debate sério, um debate completo para que possamos tomar posições que sejam efectivamente na defesa da Amadora e por vezes até afastando daqui alguma clubite política porque não está em causa nada disso, esta em causa uma serviço às populações, um serviço essencial às populações que não podemos perder, sobe pena de perdermos qualidade essencial à vida do dia a dia do cidadão na Amadora.”-----

Senhor Deputado Ismael Pimentel: “Senhor Presidente da Assembleia, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Deputados o CDS/PP trouxe pela primeira vez a esta Assembleia esta questão precisamente porque a preocupação sobre esta matéria é muito grande não só porque desde os primórdios da existência e da criação deste Município que nos habituamos a ver que todas as forças políticas desejassem, defendessem e prometessem um tribunal conseguimos-lo de facto não da forma mais digna nem com o cumprimento da promessa do Ministro da altura de que passado muito pouco tempo teríamos efectivamente um tribunal com dignidade para esta cidade, mas enfim a promessa ficou e portanto esperemos que apesar de tudo se consiga cumprir, nós temos sempre muito receio dos estudos que os governos fazem e principalmente este que tem sido ávido em o fazer quando as coisas são muito polémicas e muito complicadas, prepara umas comissões de estudo, uns gabinetes de trabalho para começar a preparar as pessoas no sentido de depois, se me permite a expressão, dar a machadada final, e portanto tendo consciência que efectivamente isto é só um estudo a nós assusta-nos a possibilidade de vir a ser uma realidade nós temos alias com o actual executivo camarário um projecto e um programa para um centralidade do concelho que nós, até ver achamos bem onde englobamos de facto com dignidade o palácio da justiça e portanto como nós sabemos e como será fácil de deduzir se este estudo for posto em prática a única coisa que acontecerá é que nós deixa-mos de ter o tribunal que desejávamos, que queremos, que a população deseja, que eu acho que todos os políticos desta cidade desejam, que todos os agentes judiciais desejam, eu acho que sobre esta matéria nem se quer vale apenas falar-mos muito porque sabemos que todos queremos que aja um tribunal com dignidade pela razão de que a Amadora tem a realidade social e a realidade económica que tem e portanto se já era complicado, se já era difícil para os agentes judiciais e para a população ter que recorrer aos tribunais de Lisboa obviamente que muito mais difícil será e muito mais complicado será para a nossa vida recorrer ao tribunal de Sintra que esta nesta altura já perfeitamente super lotado e por tanto no futuro esqueçamos o

tribunal da Amadora e esqueçamos que alguma vez teremos dignidade no palácio da justiça na nossa cidade porque aquilo que será feito permanentemente será investido é no aumentar da capacidade do tribunal de Sintra, eu penso que nenhum dos munícipes da Amadora quer, eu acho que nenhum dos políticos quer, e nós estamos obviamente a favor desta proposta da CDU, queremos que de facto seja feito um debate público intenso e forte enquanto é tempo porque à aqui duas datas de dois mil e oito e dois mil e quinze, temos que acautelar as coisas emas também acelerá-las e já agora deixar um repto ao partido socialista que seguindo o exemplo daquilo que o senhor Presidente da Câmara já muitas vezes fez que quando está em causa a Amadora não dá importância à cor política do governo eu espero sinceramente que o partido socialista também vote favoravelmente esta proposta, muito obrigado.”-----

Senhora Deputada Ana Venâncio: “Ora muito boa noite, Senhor Presidente da Assembleia, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, restantes presentes, eu queria deixar apenas algumas notas sobre esta questão da revisão do mapa judiciário e de facto a primeira delas é que esta proposta apresentada pela CDU este momento parece-nos a nós um pouco prematura, prematura na medida em que como foi dito e já aqui repetido por diversas vezes, estamos numa fase de estudos preliminares com base naquilo que foram as conclusões do observatório permanente da justiça e por diversos estudos que foram elaborados pela Universidade de Coimbra, com base nesses estudos está a proceder-se de facto à auscultação dos diversos operadores judiciários, nomeadamente o conselho superior de magistratura e da ordem dos advogados que tem sendo nestas reuniões que estão a ser levadas a cabo, bem como dos representantes dos munícipes, nomeadamente das Câmaras Municipais e das Assembleias Municipais, no sentido de se encontrar a melhor solução para cada uma das comarcas, tem se promovido daquilo que resultou do pacto de governo para a justiça a um trabalho participado, portanto envolvendo todas estas entidades, todos estes operadores no sentido de melhorar de facto este mapa judiciário, no que diz respeito à Amadora em concreto a instalação de facto de um novo tribunal como foi referido aqui pelo colega do CDS a criação de um palácio da justiça com juízes cíveis, com criminais, com laborais e família e menores era de facto a melhor solução, a solução ideal aquilo que sempre se defendeu neste município, no entanto porque de facto a realidade social e económica da comarca assim o justifica, no entanto todos sabemos que financeiramente esta solução neste momento não é viável, não é viável e conhecemos a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

responsabilidades nesta matéria por como bem referiu foi pela mão, ou no decurso de um governo do PS que se instalou aquilo que é hoje o tribunal da Amadora, havia já compromissos assumidos para o futuro palácio da justiça essa situação foi alterada, assim perante a realidade social da comarca à que neste momento encontrar a melhor solução possível e aquilo que neste momento temos e segundo a nota neste momento é que estão na mesa diversas alternativas todas elas em discussão, todas elas válidas, nomeadamente e aquilo que tenho conhecimento é que os juízes cíveis que existem neste momento em Sintra, que são os únicos que existem, portanto aquilo que decorre da lei é uma outra coisa, aquilo que existe na realidade são três juízes cíveis, que se manterão e isso é uma certeza e portanto não é verdade que o tribunal da Amadora venha a ser transformado num juízo de proximidade isto que consta na proposta é falso, não é um juízo de proximidade, o que existe neste momento no tribunal da Amadora são três juízes cíveis na realidade, não estou a falar de estudos neste momento, estou a falar na realidade e portanto esses vão se manter, três juízes cíveis e portanto não é transformado o tribunal da Amadora em nenhum juízo de proximidade isso está previsto para comarcas mais pequenas no interior do país em que o volume de processos não justifica a manutenção de uma comarca aquilo que está também pensado é o reforço da parte executiva no tribunal de Sintra através da criação de juízes de execução e portanto com a consequência da diminuição do trabalho para a Amadora, o que permite, atenção, o que permita a criação, porque grande parte do tribunal da Amadora neste momento tem pendências resultantes destas execuções e que acaba por atravancar aqui o trabalho do tribunal da Amadora, estas execuções por dividas, por créditos mal parados, o quê que isto implicará, a criação destes juízes de execução em Sintra implicará a criação de um juízo de família e menores aqui na Amadora ou a criação de um juízo de trabalho aqui na Amadora, são estas duas alternativas que estão em discussão, por tanto não é, ou seja, neste momento prevê-se um aumento de juízos e não uma diminuição, porque apesar de na lei vir previsto o tribunal de trabalho na Amadora, ele não existe na realidade, todas as questões laborais neste momento são da competência do tribunal, pois devia existir, aí é que está, mas não existe na realidade nunca foram criados, pertencem neste momento a Lisboa, a terminologia encontrada pode ser uma ou pode ser outra, o que acontece é que na realidade eles não existem na Amadora, portanto todas as questões laborais são resolvidas pelo tribunal de trabalho de Lisboa neste momento, o que esta proposta de certo modo prevê é que possa haver a criação de um juízo de trabalho na comarca da Amadora e isto tem que ser feito em ponderação com todas as outras ou

com a criação de juízes de família nas comarcas envolventes, portanto quanto à parte criminal que neste momento em termos de competência territorial pertence a Lisboa o facto de ela vir a passar para Sintra, não me parece que seja prejudicial para o município da Amadora, honestamente, porque nesta matéria ainda que em termos de acessibilidade e proximidade estejamos mais perto de Lisboa, o que tem relevância nesta matéria é uma resposta mais rápida por parte da justiça na resolução dos litígios das questões judiciais dos munícipes, portanto acho que será essa a preocupação maior, não é uma questão proximidade e neste aspecto basta compararmos os números dos processos novos, entrados, contra os processos pendentes, para verificar qual é a melhor solução eu vou pegar aqui só um bocadinho, neste relatório que tem a haver com o observatório da justiça e no que diz respeito aos processos de inquérito penais entrados no círculo de Lisboa no ano dois mil e cinco, temos novos setenta mil e noventa e sete processos, pendentes a trinta e um de Dezembro de dois mil e cinco em Lisboa tínhamos vinte e sete mil quatrocentos e nove, isto em termos criminais, estou a falar da parte criminal se virmos o círculo de Sintra, nós temos entrados em dois mil e cinco, dezasseis mil e setecentos e três processos, e pendentes a trinta e um de Dezembro, oito mil duzentos e sessenta e sete, portanto pensarmos que transportar a parte criminal de Lisboa para Sintra se calhar vamos obter uma melhor resposta por parte da justiça em relação às questões criminais da Amadora, isto porque, porque à uma certeza concreta é que quando esta questão passar, eventualmente, no sentido de se concretizar os estudos que estão em apreço este momento, a passagem da matéria criminal para Sintra trará certamente, isso também é uma certeza a criação de mais juízos criminais e novas varas de competência criminal em Sintra, este reforço que se falou agora e que à partida em um de Setembro ou até ao final do ano iram ser instalados um juízo de família e menores, mais juízes criminais não tem sequer a haver neste momento com o avançar do mapa judiciário, porque Sintra neste momento já precisa deles, portanto o juiz de família e menores neste momento em Sintra já é necessário a questão de se passar a parte criminal para Sintra implicará e isso também é uma certeza e uma convicção de que implicará a criação de mais juízes para dar resposta a este crescimento de trabalho, que com certeza que resulta da Amadora e da junção a Mafra com sede de tudo em Sintra, não se pode, quanto a mim, também encarar esta reforma de uma forma simplista nem olhar para a reforma do mapa judiciário, como abrir tribunais num lado e fechar no outro, porque o que esta na base destas unidades territoriais é uma nova organização judiciária, pois o mapa judiciário que estamos agora a debater ou aquilo que existe



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

neste momentos é do Século Dezassete, portanto à uma nova realidade social que é preciso dar resposta e nessa resposta mais rápida que se pretende, nomeadamente nos distritos judiciais de Lisboa e Porto e nas zonas limítrofes existe neste momento setenta e cinco por cento das pendências, e é aqui que tem que haver uma reafectação de recursos que é isto que se pretende também a organização do mapa judiciário não é só mudar os tribunais de um lado para o outro é haver uma reafectação de recursos para dar resposta a estes setenta e cinco por cento de pendências com novos poderes para a direcção dos tribunais que será composta por um Juiz presidente e um secretário com novos poderes com uma responsabilização quanto à pendência dos processos que é uma coisa que não existe neste momento nenhum juiz é responsabilizado por ter três mil, ou quatro mil, ou cinco mil processos pendentes e o que se pretende neste momento é que aja uma media de processos por juiz e uma responsabilização nessa medida, finalmente, e uma ultima nota, quanto à auscultação dos diversos operadores apesar do PS votar contra esta proposta, porque quanto à nós está inferida de certa forma, algumas falsidades, não temos nada contra esta diminuição dos juízos, da criação de um juízo de proximidade na Amadora, não é verdade isso, não é verdade, e daí que não votaremos a favor desta proposta, no entanto no que diz respeito à auscultação dos diversos operadores nada temos a opor na medida que esta questão vai ser colocada de facto à Assembleia Municipal da Amadora, e vai ser colocada para termos factos concretos, opiniões válidas precisamos de facto de ter conhecimento, de formar opinião, no entanto consideramos que essa via é possível através do plano de actividades da própria comissão é definido na comissão qual é o plano de actividades sem que daí possa prejudicar este direito da auscultação, disse.”-----

Senhor **Deputado Carlos Almeida** (pedido de esclarecimentos): “Muito obrigado Senhor Presidente, ò Senhora Deputada confesso que tenho alguma dificuldade em perceber a sua intervenção, mas vamos ver se nós nos entendemos, a Senhora Deputada falou em falsidades eu gostaria que me concretiza-se exactamente qual é a falsidade que aqui está o estudo da Universidade de Coimbra é taxativo na classificação do tribunal da Amadora como um juízo de proximidade, senhora deputada sejamos rigorosos e verdadeiros isto não à nenhuma falsidade isto é a mais pura das verdades basta consultar o estudo está escrito bem claro, senhora deputada, não está lá escrito bem claro que o tribunal da Amadora passa a juízo de proximidade e nós todos sabemos que de acordo com a classificação que lá está o juízo de proximidade

implica uma desvalorização relativamente ao tribunal de Sintra a onde serão tratadas boa parte dessas matérias que não são tratadas na Amadora, senhora deputada, e portanto aqui eu desafio aqui que a Senhora Deputada venha aqui dizer com clareza qual é a falsidade que está nesta proposta, que aqui está escrita, a outra questão eu não percebi exactamente qual é o sentido da votação do partido socialista, o partido socialista das duas, uma, vota contra esta proposta, à uma segunda nota que eu gostava de colocar que tem a haver com o seguinte senhora deputada, o partido socialista diz que de início a senhora deputada começa a intervenção dizendo que à estudos portanto isto é prematuro, mas depois vai dizendo que, não, o que se prevê, não é nada um juízo que proximidade é outra coisa é isto e mais isto, e mais aquilo, ó senhora deputada vamos ver se nos entendemos ou bem que estamos em estudos e então este é o tempo para o debate, este é o tempo para apurar a opinião, para ouvir opiniões e para cariar o debate para o sitio onde deve ser cariado que é evidentemente o Governo e a Assembleia da República, por que nenhum de nós tem a veleidade de quer discutir os critérios abstractos, genéricos do mapa judiciário do país, agora nós somos aqueles que fomos eleitos pelos munícipes para defender os interesses do Município e sobre essa matéria nós temos responsabilidades e portanto a questão que lhe queria colocar é exactamente essa, o partido socialista vota contra esta proposta e depois diz assim, bom mas vocês podem colocar o assunto na comissão por que em função do debate do plano de trabalhos da comissão depois logo se verá, ó senhora deputada é uma falsa questão porque se o partido socialista vota contra esta proposta é porque está contra ela, e se está contra ela, estará contra ela aqui e na comissão qual é a diferença entre contra aqui e a favor na comissão, qual é a diferença, senhora deputada, se a senhora deputada entende que é útil o debate público, que é útil que se oiçam as pessoas, porque não aprovar a proposta, ou os senhores de facto estão contra que a Amadora tenha um tribunal que responda às necessidades, aspirações e direitos da população da Amadora e dos seus agentes sociais e económicos no acesso à justiça como está escrito no ponto 2, é este o vosso problema, porque quanto ao resto estamos a falar do debate senhora deputada, ponto 1 é expressar preocupação pelo que está em curso pelas propostas que existem, o ponto dois é reiterara que nós entendíamos porque o senhor Presidente na ultima sessão disse-nos que não levaríamos a bandeira sozinhos, nós não tínhamos a pertencam de levar a bandeira sozinhos, mas pensávamos que isto era um assunto de consenso pelos jeitos não é portanto o único problema, pelos vistos é o ponto dois, senhora deputada, portanto eu queria que me esclarece-se exactamente qual é o sentido de voto e qual é a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

orientação estratégica política do partido socialista relativamente à matéria do tribunal da Amadora.”-----

Senhor Presidente da Câmara: “Muito obrigado Senhor Presidente, Senhor Deputado não sabe se eu vou responder pela Senhora Deputada e pelo PS, não sabe, não fique já com esse ar tão preocupado, por acaso não vou, mas vou lhe dar a resposta em relação ao que eu penso, senhor deputado eu não tenho nada a ver com isso, cada um é livre de responder ou não responder, o senhor deputado sabe, e se não se importa, pensei que estava a ficar incomodado por eu falar, mas não era isso, pode ter a certeza que eu não estou em dificuldades, o senhor deputado naturalmente esteve em dificuldades durante muitos anos, você e a sua bancada durante anos não conseguiram sequer fazer ao menos comarca da Amadora nem um tribunal provisório na Amadora, é verdade, não estou a dizer, não conseguiram, os senhores deputados querem-me ouvir, ou não me querem ouvir, pois é verdade vocês nunca foram governo porque se fossem governo, enfim, mas não vou a essa, deixem-me por as coisas como são, bom primeiro lugar sempre defendi um tribunal para a Amadora e sempre defendi que o tribunal devia ser um tribunal completo, como é obvio e mantenho aquilo que disse e defenderei esta posição e nesse sentido fiz inclusivamente quando veio aqui o ministro do PS dizer a comarca da Amadora e quando veio o ministro do PS a dizer o tribunal da Amadora apesar de provisório e não se pôs mais juízes lá porque o espaço não dava para isso e por isso não vale a pena estarmos a defender que é preciso que o tribunal tenha todos os juízes e todas as valências, quando não temos espaço para lá pôr, e enquanto não houver fica todo na mesma, bem também não me parece as coisas tem que andar e isso é uma questão diferente, e aquilo que o Senhor Deputado quer é isto e é frontalmente que lhe digo, o senhor deputado esta numa proposta de reformular e dizer a Assembleia Municipal, e estou convencido que a Assembleia Municipal toda acompanha, não prescindindo a favor da população de um tribunal na Amadora com todas as valências que temos nessa e iremos fazer todos os esforços que temos vindo a fazer até agora não só no sentido de obrigar o governo, ó Senhor Deputado não vamos com essa conversa, até não gosto da letra e do estilo, ó Senhor Deputado o que eu estou a dizer é isto e o senhor deputado sabe não vale a pena bater com a cabeça na parede porque neste momento se o senhor deputado quiser pôr um conjunto de juízes a funcionar no âmbito do tribunal que temos não à espaço nem utilizando o antigo mercado da Damaia e por isso uma coisa é isto outra coisa é assim nós não abdicamos de

um direito que temos que é ter um tribunal com todas as valências no território da Amadora, porque, porque isso serve naturalmente a população da Amadora e difere se os diferentes operadores no sistema e isso não abdicamos e por isso nesta matéria continuo a dizer, continuo na minha e penso que o senhor deputado também sabe, nós iremos, tenho estado atento e vamos estar atentos com aquilo que tem a haver com as propostas de estudos preliminares, não preliminares, eu também sei para que valem os estudos e o senhor deputado também sabe em relação a esta matéria vamos estar atentos aos estudos como é óbvio e uma questão é, enquanto não houver um palácio da justiça que permita albergar todas as componentes de um verdadeiro tribunal é evidente que os serviços que poderão ser colocados noutra sítio como é evidente, hoje já cá não estão Senhor Deputado, nós defendemos e não abdicamos e tanto que o fizemos independentemente de estar o PS no governo ou ter estado o PSD no governo com o CDS ou sozinho não interessa nada, sempre mantivemos esta posição, sei perfeitamente que houve aqui um tempo que se perdeu naturalmente que tendo em conta que tivemos uma dificuldade que o Senhor Deputado também sabe, foi na altura própria ter disponibilizado o terreno para ser feito o palácio da justiça sobre também e sabemos que neste momento do ponto de vista daquilo que são condições financeiras não são as melhores para começar-mos à manhã a construir o palácio da justiça, nem tu, nem o governo a dizer comecem à manhã a construir, não o que tem que haver é um compromisso que sempre houve do governo com este município que é fazer o palácio da justiça, não é fazer palanco, é fazer, é evidente que sabemos que isto passa por projectos, passa por ter o terreno, passa por fazer os projectos e passa a seguir para fazer construção e foi esta conversa, estou a dizer isto porque tive esta conversa com o senhor Ministro, como devem imaginar o senhor Ministro veio há muito pouco tempo à Amadora ao chamado tribunal provisório por acaso está lá uma placa, isso eu sei, eu sei, aliás eu recomendei ao Ministro da altura para não por a placa ou a data como é óbvio porque quando se põem datas é sempre muito arriscado, está lá, também sei que quando lá foi se mandou tapar aquilo para não aparecer a data, também sei isso tudo também nenhum drama, agora à um compromisso, inclusivamente também à um compromisso que aquele espaço que neste momento está a ser ocupado pelo tribunal provisório é um espaço que é da Câmara e por isso nós no plano da nova centralidade que estamos a fazer para aquela zona é evidente que mantemos lá o espaço em relação ao palácio da justiça e por isso senhor deputado sobre essa matéria palácio justiça na Amadora, é evidente que nós não estamos a falar naquilo que é uma norma circular da Associação Nacional



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

de Municípios em que, e vou lhe ler só uma parte porque nós não nos enquadrámos nesta área “as propostas da revisão do mapa judiciário (estou a ler a proposta da Associação) não podem nem devem constituir mais um factor determinante para desertificação para as zonas menos populosas do país”, não nos encontramos nestas zonas, por isso esta questão não se aplica a nós, que se possa aplicar em relação a um conjunto de reformas num sistema judicial e de um mapa que à de facto um conjunto de tribunais que não tem processos e nem tem pessoas a gente percebe, em relação à Amadora por acaso não se aplica e por isso não pode ser por causa desta questão de não haver pessoas, não à palácio da justiça seguramente não terá um conjunto de valências e que o tribunal da Amadora será um tribunal menor, por isso senhor deputado dizer lhe outra questão, tive oportunidade de há muito pouco tempo, houve uma reunião aqui neste auditório com o senhor Bastonário da Ordem dos Advogados, com a Delegação dos Advogados da Amadora e um conjunto de Advogados, e sei e esta acertado e falei com o senhor Bastonário também já recebi essa comunicação aqui da delegação da Ordem da Amadora, para em Setembro, está se a acertar a data, haver aqui um debate sobre o sistema desta reforma do mapa judicial em que estará presente o Senhor Bastonário da Ordem dos Advogados, a Delegação da Amadora, um conjunto de Advogados e outros, o Presidente da Câmara e o Secretario de Estado da Justiça porque entendemos, naturalmente, e isto foi concertado entre mim e o senhor Bastonário, porque entendemos que é importante que esta questão seja discutida, é importante percebermos o que é que o governo quer fazer agora e no futuro, porque se governo quiser por e simplesmente transformar este tribunal, como o senhor deputado diz num tribunal menor, muito menor, é evidente que não conta com o meu apoio e terá sempre a minha oposição porque nada se alterou no meu ponto de vista para que isso possa ser alterado não à nenhum dado que nos permita dizer que o volume de processos pertencentes à Amadora, diminuíram potencialmente que as pessoas já não vivem na Amadora que nós só temos 5 mil pessoas na Amadora e também não à nada que não nos diga que à um conjunto de outros juízes nomeadamente de Lisboa e noutros sítios estão, nomeadamente em sobre carga o dizer que funciona melhor em Lisboa do que em Sintra tenho a dizer que para mim é uma questão secundária o que eu queria é que eles funcionassem na Amadora, mas só é possível dizer para funcionar na Amadora se tivermos um espaço adequado para isso funcione na Amadora, porque que não têm, ó Senhor Deputado essa agora, por acaso tenho pena porque se os senhores deputados tivessem no governo seguramente já haveria dez tribunais na Amadora à muito tempo, ó Senhor Deputado porquê que não há,

durante anos tiveram aqui e não conseguiram um tribunal, durante anos não conseguiram ao menos ter um apontamento de um tribunal, ter uma perspectiva de um tribunal, nós sabemos a situação financeira que o país atravessa e por isso não é justo dizer que à manhã eu quero o tribunal, estou na perspectiva de lhe dizer Senhor Deputado, estamos na mesma onda ou não estamos na mesma onda, no ponto de vista da defesa daquilo que é o interesse da Amadora, o interesse da Amadora sempre foi termos um palácio da justiça, não vou entrar nesses pormenores, o Senhor Deputado tem algum complexo com o palácio, já percebi, deve ser o complexo de outro tempo, eu não tenho, o senhor deputado quer ou não quer ter um tribunal na Amadora ou que fazer show off e apenas fazer o que tem que é com base em estudos, projecções e ideias o senhor deputado começar a fazer um regabofe para mim com esse aspecto não conte, porque nunca contou, porque eu independentemente dos governos a minha posição tem sido sempre a mesma e é a mesma e tanto faz ser na Assembleia, ser em sessões públicas, com ser nas comissões, o senhor deputado sabe isso, sobre a questão do tribunal sempre disse o mesmo, e o senhor deputado sabe e bem, sempre disse e mantenho agora é assim, o senhor deputado não conhece como eu não conheço, conheço algumas notas que me chegaram em relação aquilo que são os estudos tendo em vista a reforma do sistema, conheço alguns pontos, não conheço todos os estudos eu só posso dizer que os conheço quando os estiver na mão se já os tiver verificado, não tenho, bom é uma questão que está em discussão, é uma questão que já manifestei preocupação que tem o município da Amadora em relação ao senhor ministro e ao senhor Secretário de Estado e o Senhor Ministro e o Senhor Secretário de Estado saberá e sabe porque já o transmiti contará naturalmente com a oposição da Amadora, da Câmara da Amadora, do Município da Amadora e da Assembleia Municipal, seguramente, se for aquela ideia que o senhor deputado está a transmitir passará a ser um tribunal menor, não é seguramente o que nós defendemos, não é isso que defendemos durante muito tempo, independentemente dos avanços e recuos que houve, ter havido as coisas que é assim nós entendemos que temos que ter primeiro aquilo que temos direito, segundo aquilo que nos foi prometido, prometido e assumido, isto foi assumido por um conjunto de membros do governo que tiveram aqui nesta sala, com o Senhor Deputado sabe, e por isso são estas coisas, independentemente de se o Ministro A ou o Ministro B é evidente que da parte, da minha parte contará seguramente com a minha oposição, agora enquanto não houver o espaço físico que permita a instalação de um conjunto de juizes e de valências é evidente que as coisas tem que continuar e tem que funcionar, é obvio sobre essa



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

matéria não temos duvidas nenhuma.”-----

Senhor **Deputado António Carixas** (pedido de esclarecimento): “Ó Senhor Presidente não acha que esperar primeiro pelo palácio não vai haver aqui um tempo que vamos perder organicamente das atribuições do tribunal, se vamos estar à espera do edifício depois podemos ter menos atribuições, menos poder, insto é um pedido de esclarecimento, não se chama intervenção, nem contradição, já que parece estar de acordo no essencial, parece-me que estamos de acordo no essencial, relativamente ao antes, eu não vou tirar o mérito ao partido socialista, realmente foi na gestão do partido socialista nesta Câmara que foi instalado este tribunal provisório, mas o Senhor Presidente não se lembra das negociações anteriores, houve negociações anteriores, houve vários locais indicados ao Ministério da Justiça um deles aqui no Parque Central, lembro-me perfeitamente, bom ao mau o que eu quero que o Senhor Presidente, se tiver de acordo esclareça é que se partiu do ponto zero houve um processo antes para chegar ao palácio, peço desculpa ao tribunal provisório que existe hoje, houve esse processo penso eu, portanto eu só queria que o senhor presidente me esclarecesse se é verdade ou não, terceiro ponto, esclarecimento, nós estamos perfeitamente abertos a propostas de alteração à proposta de deliberação o que nós queremos, penso que todas as forças políticas, à excepção do partido socialista, ó senhor presidente acho que até agora tenho feito dois pedidos de esclarecimento este é o terceiro, este é o terceiro... (mudança de cassette) ...já tinha feito se não tivesse sido interrompido, nós estamos perfeitamente abertos, não acha que se a questão for reduzida ao ponto dois e três o Partido Socialista não estará, ou o Senhor Presidente não estaria de acordo com esta proposta de alteração penso que o ponto dois e três da deliberação vem ao encontro da sua intervenção, penso eu, muito obrigado.”-----

Senhor **Presidente da Câmara** (resposta ao pedido de esclarecimento): “Em primeiro lugar Senhor Deputado é assim, eu não disse que os Senhores Deputados e as outras forças políticas não vieram durante anos reivindicando, lutando por um tribunal na Amadora, claro que sim, bom não foi eu que cheguei aqui e disse agora é preciso um tribunal, não há muito tempo que o Município da Amadora reivindicava um tribunal eu tive condições, naturalmente, para que ele se torna-se efectivo mesmos provisório, porque como sabe não foi o provisório, o provisório é que foi uma situação pontual, porque aquilo que foi o compromisso, e o Senhor Deputado, também

9 C

sabe bem, foi um tribunal definitivo, com todas as condições, provisoriamente em quanto não, vamos funcionar já, foi isso é a mesma coisa que diz, o Senhor Deputado diz, bom as até fazer um novo, até fazer o novo o edificio, um conjunto de condições tivemos falar sobre isso, qual era a área, está calculado, o próprio Ministério chegou a fazer cálculos sobre essa matéria como o senhor deputado sabe, enfim, até lá é preciso funcionar, é preciso funcionar com o que temos com as condições que tem o que não é possível por lá a funcionar aquilo que não cabe lá, Senhor Deputado e é nesta questão que eu estou a dizer e por isso em relação a esta matéria dizer isso, sobre a outra matéria dizer o seguinte o senhor deputado diz, eu não sei o que o PS diz, o PS dirá é a bancada do PS, não sou eu o líder da bancada do PS, como o senhor deputado deve pensar, mas eu quero dizer o seguinte é evidente o que interessa aqui é a parte prepositiva não é senhor deputado, exactamente, a Assembleia Municipal reuniu a tantos do tantos, deliberou e ponto um, ponto dois, ponto três, tão simples Senhor Deputado, se estamos nesta, não estou a perguntar, e se eu tivesse lido aquilo era essa a questão que fazia, os senhores deputados dizem que não, não prescindem do lenga lenga do costume, obrigado.”-----

Senhor Deputado Luis Guarita: “Obrigado, Senhor Presidente, Senhor Presidente de Câmara eu começava por saudar a intervenção que o Senhor Presidente de Câmara aqui fez, e eu saúdo esta intervenção, ó senhor deputado ousa-me primeiro e comente depois, eu começava por saudar notando uma evidente contradição entre aquilo que o Senhor Presidente de Câmara aqui disse e trouxe, como todos concordamos, que reflecte aquilo que é o desejo da Amadora há muitos anos a esta parte e aquilo que a bancada do partido socialista aqui disse que é exactamente o contrario e se porque senhor Presidente, porque o Senhor Presidente vem aqui defender a Amadora, vem aqui defender os munícipes da Amadora, vem aqui defender os legítimos interesses da Amadora reiterando e mantendo a defesa de um tribunal com todas valências a ser construído na Amadora, a bancada do partido socialista veio aqui defender o governo do partido socialista numa visão centralizadora que não olha aos problemas reais das cidades, dos grandes municípios entre os quais esta a Amadora e é verdade, a senhora deputada disse aqui uma coisa que eu acho curiosa é verdade que as actuais comarcas que temos, são de um tempo passado, são de um tempo em que a Amadora nem existia como existe hoje, são de um tempo em que as cidades no litoral português não tinham as concentrações populacionais que tem hoje, são de tempo em que pequenas vilas como o Vimioso tinham mais população que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

as cidades como a Amadora hoje em dia, são doutro tempo e portanto não podem observar essas diferenças hoje em dia, portanto aquilo que nós dizemos é, aquilo que o Senhor Presidente aqui disse aceitamo-lo, defendemo-lo, achamos que é a defesa legítima dos interesses da Amadora, porque é coerentes com aquilo que tem sido dia ao longo dos anos, aquilo que o Partido Socialista aqui veio fazer através da Senhora Deputada é a defesa intransigente do partido socialista no governo e da visão de que o Partido Socialista tem, independente de essa visão ser feita com o Partido Social Democrata que é o meu partido no acordo que foi feito porque é uma diferença substancial nas coisas enquanto aqui na Amadora eu defendo o Partido Social Democrata na defesa das populações da Amadora, num problema que é da Amadora, nada me interessa o que o meu partido faça a nível Nacional porque tem outra visão das coisas, agora eu deixava aqui uma nota, o Senhor Presidente referiu à bocado uma coisa, e peço desculpa pela expressão, que é a questão da população, os estudo que aqui foi por diversas vezes mencionado e que é um estudo que existe, está disponível, pode ser consultado, diz o seguinte na questão da população "sedes do Município da circunscrição mas também número de processos gerados nos municípios significando que o critério fundamental" é o critério da população, no entanto à aqui certas nuances ou seja à excepções e um das excepções é curiosamente a excepção da Amadora onde se diz o seguinte, isto é o estudo onde se diz o seguinte, "Em trinta e quatro circunscrições as sedes correspondem ao município mais populoso com as seguintes excepções, Oeiras, em vez da Amadora", porque neste caso acessibilidade é supostamente melhor do que a Amadora, o que não é verdade como todos nós sabemos se à Município no país que esteja encravado no meio de vias rápidas, auto estradas e bons acessos é a Amadora, portanto esta é uma falsa questão, são estas as questões para que nós alertamos, são estas as falsas questões que estão transcritas nestes estudos que disponíveis para todos nós vermos e aquilo que nós dizemos é isto e o PSD foi o primeiro que aqui disse nós não queremos tomar decisões dogmáticas, nós não queremos dizer aqui que não aceitamos o que quer que seja só porque vem do partido socialista ou porque vem da CDU, ou porque vem daquele partido, não queremos nada disso até porque achamos que as mudanças quando são por bem, são bem aceites e devem ser implementadas, o que nós dizemos e aquilo que apelamos ao Senhor Presidente, não à bancada do partido socialista, ao Senhor Presidente, é que abra o debate, permita o debate, faça o debate, porque esse debate se calhar é o debate na defesa daquilo que o Senhor Presidente intimamente sente que é necessário para a Amadora porque eu não acredito que o Senhor Presidente alguma vez tenha mudado de opinião,

agora também aceitamos que se calhar também não podemos ter tudo, se calhar não podemos ter o ideal, mas vamos com certeza ter o melhor para a Amadora, e o melhor para a Amadora é debatendo, abrindo esse debate e fazendo com que lá em cima no governo de Portugal entendam isso porque aqui vivem quase duzentas mil pessoas, aqui esta um dos mais complexos e problemáticos concelhos do país e aqui está o município que todos nós estamos a defender, é isso que nós dizemos e é isso que havemos de defender.”-----

Senhor Deputado Carlos Almeida: “Obrigado, Senhor Presidente, em primeiro lugar dizer o seguinte é um pouco estranha esta Assembleia, porque em boa verdade, isto não é uma reunião da Assembleia com o Senhor Presidente isto é um debate da Assembleia Municipal, e portanto se é um debate da Assembleia Municipal estão em confronto as posições dos diferentes grupos políticos e não à um grupo politico do Partido Socialista na Assembleia Municipal e um grupo politico do Partido Socialista na Câmara Municipal, à os grupos políticos e o que está em causa é saber qual é a posição do partido socialista sobre esta matéria é isto que estamos a discutir não é outra coisa, é isto que estamos a discutir e por tanto das duas, uma, o Partido Socialista vem para este debate com a seguinte estratégia que é não dizer coisa nenhuma e apostar o prestígio da palavra do Presidente da Câmara Municipal para travar o debate é isto que aqui está, ó Senhor Presidente e sobre esta matéria nós não enfiámos esta carapuça cada um dos grupos municipais tem que dizer de forma muito clara e assumir muito claramente qual é a sua posição, qual é o compromisso, qual é a responsabilidade que assume perante os munícipes sobre esta matéria, Senhor Presidente, nós não estamos aqui em nome de um palácio da justiça, Senhor Presidente, evidentemente que a Amadora precisa de um edifício em condições, mas nós não estamos a discutir o edifício, nós estamos a discutir o que está lá dentro de edifício Senhor Presidente é disso que nós estamos a falar não é de outra coisa, porque eu sei Senhor Presidente eu sei, que à quem defenda que o mapa judiciário deve ser revisto e organizado em função das instalações que existem, não de outras que vão ser construídas e à quem defenda que o que está em causa na revisão deste mapa judiciaria é exactamente isso, é poupar na construção de novos palácios da justiça rentabilizando as instalações que existem e portanto aceitar esse termos do debate é inverter o debate, Senhor Presidente o que está em causa é saber qual é o tribunal que nós queremos instalar na Amadora, quais são as valências que deve ter tendo em conta a realidade social e económica do município, é este o primeiro debate que havemos de ter o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

segundo debate, evidentemente é quando é que se construi o palácio da justiça, em que condições, etc., etc., Senhor Presidente mas esse é outro debate sobre o qual, e acho que estamos atrasados evidentemente porque o Senhor Presidente sabe em relação à Lei orgânica que existe para o tribunal da Amadora boa parte não está instalada, porque não à condições, porque não à instalações, etc., etc., etc., portanto esse é outro debate, Senhor Presidente o debate que nós estamos a travar é qual é o tribunal que a Amadora deve ter se o tribunal que a Amadora deve ter, se deve ser à medida das necessidades e dos direitos que o município e que os cidadãos tem, à medida da realidade social e económica que a Amadora tem ou se deve ser uma coisa subsidiária de Sintra é este o debate, Senhor Presidente e sobre este debate é que os grupos municipais tem que definir qual é a sua posição e eu volto a colocar a mesma questão relativamente ao ponto 1 expressar viva preocupação pela possibilidade prevista no quadro da revisão do mapa judiciário e que se antevê nos documentos que são conhecidos e é público, estão públicos de menorização de estatutos do tribunal da Amadora com a redução drástica do número e qualidade dos juízos existentes isto o partido socialista vota isto a favor ou vota isto contra, porque isto é facto Senhor Presidente está no estudo da Universidade de Coimbra e eu desafio quem quer que seja a desmentir a afirmação que eu estou a fazer, está lá no estudo que o tribunal da Amadora é um juízo de proximidade e na classificação que lá está feita, um juízo de proximidade é um juízo menor relativamente à circunscrição da Amadora que passa a estar integrada que é Sintra, segunda nota reiterar o compromisso a impugnar pela instalação na Amadora de um tribunal que responda às necessidades o partido socialista está ou não está de acordo com isto, desencadear através da comissão um amplo debate público, o partido socialista está ou não está de acordo com isto, transmitir ao governo e aos operadores judiciários os resultados desta auscultação o partido socialista está ou não está de acordo com isto, é isto que nós estamos aqui a discutir.”-----

Senhor Deputado Ismael Pimentel: “Muito obrigado, Senhor Presidente, eu queria dar mais um conselho à bancada do Partido Socialista, hoje arvorei-me aqui em conselheiro da bancada do Partido Socialista, bem sei que se aceitassem estes conselhos as coisas correriam melhores, mas pronto, não foi mandatado, mas queria de facto aconselha-los a seguirem as palavras que o Senhor Presidente da Câmara aqui nos disse porque efectivamente ele transmitiu aqui aquelas que são fundamentalmente as nossas preocupações como também os nossos desejos de

concretização e também julgo não abusar na minha interpretação sentindo que o Senhor Presidente da Câmara tem o mesmo receio que nós que é o facto de este estudo passar com alguma rapidez a deixar de ser estudo para passar a ser uma concretização e portanto levando em linha de conta tudo isto eu acho que é de facto possível e como vêem estou mesmo armado em conselheiro da bancada do partido socialista a aconselhava-vos a que alguém da bancada do partido socialista pode-se falar com os outros partidos no sentido de podermos encontrar aqui uma proposta conjunta porque me parece que em bom rigor eu confesso-vos que não consigo descortinar grande dificuldade mesmo depois de ter ouvido o Senhor Presidente da Câmara em que o Partido Socialista vote as deliberações da proposta da CDU, porque no fundo estão ali contidas as preocupações também dele, mas enfim admito que possa ter que haver algum acerto e portanto eu acho que é possível termos aqui uma proposta unânime, que eu acho que os munícipes da Amadora nos agradeceriam e queria lançar aqui um pedido porque não quero que seja um conselho ao Senhor Presidente da Câmara eu percebi a ideia de nós não termos nesta altura, condições nem físicas, nem materiais para termos um tribunal como todos desejamos, como todos queremos e como sempre todos prometemos que aconteceria na Amadora, mas também sabemos em que partir do momento em que este estudo passe a ser concretizável nós nunca mais conseguiremos recuperar aquilo que sair do concelho da Amadora, e portanto ou nós conseguimos e eu penso que a entidade com melhores condições para o conseguir fazer é o Senhor Presidente da Câmara e o seu executivo, ó nós conseguimos criar aqui com carácter de excepção e deixar consignado por escrito, preto no branco, efectivamente que assim por haver condições físicas na Amadora, para que nós possamos ter um palácio da justiça nós teremos de facto um palácio da justiça com todos os juízes que pretendemos, que desejamos e que necessitamos ou sinceramente se não conseguirmos consignar este carácter de excepção, escrito e acordado com o governo nós nunca mais conseguiremos recuperar o que vamos perder agora e de facto o risco de tribunal de proximidade existe é um facto concreto e nenhum de nós quer que isso aconteça e portanto eu fazia este pedido expresso ao senhor presidente que dentro das suas possibilidades, das negociações que vai estabelecer conseguisse consignar de facto este acordo prévio, para que nós de facto não percamos para sempre aquilo que todos nós desejamos, muito obrigado, era só."-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

Senhora **Deputada Cláudia Cardoso**: “A posição do Bloco de Esquerda é de apoio a esta proposta desde logo porque o enquadramento que é feito é factual, portanto não estamos aqui a discutir nada que seja do foro das opiniões são factos estes estudos, e estas posições que vão sendo tomadas são públicas e portanto nesse sentido danos essa visão verdadeira, em relação aquilo que está em deliberação nós entendemos que tirar valências a este equipamento, a este tribunal, é estar a condena-lo ainda que de uma forma subtil a tornar-se uma coisa com menos importância, e portanto o caminho a seguir, poderá ser não quer dizer que seja isso que vá acontecer, mas ao estarmos a retirar valências pode muito bem acontecer que não se justifique depois que exista um equipamento com características de um tribunal como aquele que já existe agora em Sintra e que se pretende que venha a ser reforçado.”-----

Senhor **Presidente da Câmara**: “Ó Senhor Presidente deixe são só, duas ou três notas, agradecer naturalmente, a preocupação e os conselhos que o Senhor deputado Ismael Pimentel, e Luís Guarita, deu à bancada do PS, agradeço os conselhos, naturalmente mas a bancada do PS penso que não precisa desses conselhos, aqui uma questão que é bom que a gente perceba as coisas, primeiro lugar, eu pelo menos ouvi a intervenção do PS, pelo menos tive o cuidado de ouvir sem tentar com o olhar virado para o outro lado, às vezes a gente não ouvimos porque não queremos ouvir, a bancada do PS, a minha leitura, disse em relação a esta matéria, com os dados que tem neste momento, e em relação aquilo que funciona é isto, a bancada do PS não diz que é contra e tem uma opinião diferente que tem o Presidente da Câmara, não disse isso, é bom que fique claro, não disse isso, não disse, ó Senhor Deputado escute lá uma coisa eu perguntei à bocado ao seu colega camarada do partido, da sua bancada se a CDU quer a proposta frente e verso ou só quer o verso ou seja, só quer a prepositiva ou quer tudo essa é uma questão, sobre essa matéria, bem é preciso corrigir algumas questões, ó Senhor Deputado aí não é a mim que me compete, seguramente será às bancadas como é obvio, mas é obvio, ó senhor deputado se eu tivesse aí sentado, nesse lugar, como está eu não votava, não votava, e quer que eu lhe diga por quê que não votava, eu vou lhe dizer, não votava o primeiro paragrafo, o segundo paragrafo, o terceiro paragrafo e o quarto paragrafo, não votava, na parte prepositiva não votava a forma como está o ponto dois, como está o ponto dois, porque eu acho que vocês aqui estão a ser benéficos em relação ao governo, porque é assim reiterar o firme compromisso, repugnar, o compromisso foi feito entre a Câmara e o Governo da instalação do tribunal, nós não podemos

se quer dizer isso, e estou a falar do Governo do PS, o Senhor Deputado diz que até à uma divergência entre o Presidente da Câmara e a Assembleia, e quando o Presidente da Câmara sugere umas questões, vocês acha que já não entra no campo, sobre a questão, é assim transmitir ao Governo e aos operadores judiciais os resultados desta auscultação eu acho que à uma questão que temos de transmitir já ao governo, sabe qual é, é as preocupações que temos independente do resto, não vamos esperar seguramente, para que se faça esta grande discussão, para transmitir as nossas preocupações, as preocupações temos que as transmitir já, como o senhor deputado sabe, e no final devemos transmitir aquilo que são os resultados dos debates que fizemos, deixe-me dizer outra coisa, Senhor Deputado, sobre a questão do tribunal da Amadora dizer o seguinte, em tempos e o senhor deputado sabe isso, e esta questão de dizer que a Câmara da Amadora, ou o Município da Amadora está a querer ser secundarizado, deixar-se ser secundarizado por Sintra, eu lembro-me que quando discutiu a questão do tribunal da Amadora, lembro-me e a maior parte das pessoas inclusivamente os operadores que moram em Queluz preferiam ficar na Comarca ligada à Amadora do que da Comarca ligada a Sintra, por questões óbvias, até do ponto de vista de proximidade, como sabe, por isso a discussão em relação ao chamado mapa judicial tem que ser abordado desta forma faz mais sentido no mapa judicial futuro que Queluz pertença na Amadora do que pertencer a Sintra como sabe, a questão da proximidade, etc., etc., e sobre as questões do estudo, como o senhor deputado diz que conhece o estudo, e o estudo diz, acho que foi o Guarita que foi dizer, o estudo aponta para a questão ser Oeiras por causa da Amadora, tem a haver com a questão das acessibilidades, bom desculpem lá em relação a acessibilidades tirando Lisboa, acessibilidades e transportes, tirando Lisboa é a Amadora, não é Sintra, não é Cascais e não é Oeiras, como o Senhor Deputado sabe, por isso à um conjunto de questões que acho que vale a pena analisar aquilo que são os estudos, inclusivamente contrariar os estudos do ponto de vista da argumentação no sentido de fazermos valer a nossa posição e a nossa posição só pode ser uma é que o Governo cumpra o compromisso que fez com a Amadora em relação a um tribunal pleno no concelho da Amadora, é isso.”-----

O Senhor Presidente da Assembleia: “Só um momento, antes de dar a palavra, vamos tentar pôr aqui um bocado de ordem nisto, eu propunha se tivessem de acordo, depois de tudo o que ouvi neste debate, também tenho direito a falar e não intervim ainda, faço o raramente como



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

sabem, mas atento a tudo o que ouvia aqui eu propunha que nós suspendêssemos a Assembleia durante dez minutos, propunha, ó Senhor Deputado, propunha que suspendesse-mos a Assembleia durante dez minutos, para e com os líderes dos grupos parlamentares e aqui com a mesa fizesse-mos uma suspensão de dez minutos estão de acordo, ó colegas é que eu pelas intervenções que vi aqui, peço desculpa, antes de vos dar a palavra, pelas intervenções que vi aqui, não quer dizer que suspenda, ó António Carixas estou a fazer uma proposta, pelas intervenções que vi aqui, à aqui, peço imensa desculpa então deixem-me cercear, à aqui questões essenciais que tem a haver com a relação do Município com o Estado e com aquilo que está contratualizado entre o Município e o Estado, ok, independentemente do Governo, e aqui também, não estamos perante uma proposta do Estado, estamos perante um estudo, ok, tudo bem, é necessário que nós possamos em conjunto, atentos até às informações que o Senhor Presidente de Câmara aqui deu, que eu não conhecia está agendada uma reunião para Setembro, mas é necessário que nós possamos aqui estabilizar, ver se durante dez minutos é possível estabilizar-se uma proposta que possa ter o consenso de toda a gente e penso que é fácil, agora se quiserem isso seguir a minha indicação fazemos a reunião se não quiserem continua a festa, tenha a bondade Luis Guarita.”-----

Senhor Deputado Luís Guarita: “Ó Senhor Presidente, nós vamos aceitar o que o Senhor Presidente aqui nos trás e aqui nos propõem, mas não deixamos de fazer uma referencia que é a seguinte, o que nós não entendemos e eu não me vou dirigir mais ao Senhor Presidente de Câmara porque eu tenho amigos na bancada do Partido Socialista e ficava sem eles, e o que nós não entendemos é como é que a bancada do Partido Socialista não é de per si dizer o seguinte, meus caros amigos nós não concordamos com isto propor-mos um novo texto, querem discutir connosco esse novo texto, nós diríamos que sim porque quem o fez aqui foi o Senhor Presidente de Câmara quem trouxe aqui a discussão foi o Senhor Presidente de Câmara e parecendo que estamos a brincar com isto, não estamos porque nós não queremos ter uma reunião dos membros da oposição e dos líderes de cada uma das bancadas com o Senhor Presidente de Câmara, que não achamos que é legitimo faze-lo queremos tê-la com o partido socialista e o que é estranho é que teve o Senhor Presidente da Assembleia Municipal a faze-lo isso é que é estranho, que seja o Partido Socialista, está aqui.”-----

O Senhor **Presidente da Assembleia**: "Senhor Deputado Luís Guarita, o Presidente da Assembleia compete-lhe fazer propostas, ouvindo as intervenções que ouviu, ouviu aqui intervenções de todos os partidos, todos os partidos expressaram a sua opinião, cada um ouve as opiniões dos Partidos pelo foco que quer, a mim compete-me tentar fazer uma síntese, eu acho que da síntese daquilo que eu ouvi é possível chegar a um acordo, se acham que não muito bem, António Carixas."-----

Senhor **Deputado António Carixas**: "Primeiro lugar, Senhor Presidente nós estamos abertos a que haja, Senhor Presidente nós estamos abertos a que haja, pode haver perfeitamente essa conversa, não estamos contra, agora o que eu, peço desculpa, ouvi de forma diferente do Senhor Presidente da Assembleia foi a deputada do PS dizer assim, estamos contra esta proposta ...(interrompe o Senhor Presidente da Assembleia) ..."-----

Senhor **Presidente da Assembleia**: "Ó Senhor Deputado, eu também estou contra esta proposta, nos termos em que está e se a puser a votação eu voto contra, nos termos em que está, isso não quer dizer que não chegue-mos a acordo quanto a uma proposta em que possamos estar de acordo, se quer desvirtuar isto, e não quer perceber as minhas palavras, então continuamos a discussão nos termos regimentais."-----

Retoma o orador: "Ó Senhor Presidente eu não quero desvirtuar absolutamente nada, ó Senhor Presidente da bancada do partido socialista só ouvi isto, ó Senhor Presidente desminta-me se é verdade ou não."-----

O Senhor **Presidente da Assembleia**: "Senhor Deputado, eu não tenho não que desmentir, eu não ouvi nada disso, eu ouvi uma posição de princípio e uma reflexão sobre o estudo do mapa judiciário, agora se quer saber qual é a posição do partido socialista não sei qual é, a minha é eu voto contra esta vossa proposta nos termos em que está, é a minha posição, mas é minha só, por isso é que fiz uma proposta para se tentar encontrar uma proposta que eventualmente possa ter o consenso de todos, Deputado Rui Lourenço, para a proposta que eu fiz, se entender por bem, como é evidente."-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

Senhor Deputado Rui Lourenço: “Boa noite, Senhor Presidente da Assembleia, Senhor Presidente da Câmara, Senhores e Senhoras Vereadores, Caros Colegas, à um amigo meu que costuma dizer que às pessoas que não interessa quem é que tem razão o que interessa é a discussão e realmente hoje parece um diálogo de surdos, não interessa quem é que tem razão, não interessa os argumentos o que interessa é estarmos aqui a discutir, e nós não termos mais nada que fazer e realmente se estivessem escutado com atenção o esforço que a minha colega fez para apresentar uma análise muito exaustiva e profunda sobre os estudos que foram realizados se calhar teriam chegado à conclusão, aliás o sistema de som desta Assembleia Municipal, permite uma, conselho e a sugestão que devia ser reformulado por parte da bancada da CDU acha que realmente o PS é contra a proposta deles, o PSD não ouviu essa posição e se é preciso repetir eu repito, nós estamos contra a forma da proposta da CDU, o conteúdo não é consensual como já foi aqui referido, porque o que é consensual, e que é consensual e eu pensaria que seria consensual a todas as bancadas é que nós queremos um palácio da justiça e com todas as valências que a Amadora merece e tem direito essa é a nossa posição, sempre foi essa, ó caro deputado isto está gravado, pode ouvir a gravação, a Senhora Deputada Ana Venâncio disse isso precisamente, mas eu percebo que o que interessa mais aqui é a discussão, não interessa quem é que tem razão, querem é estar aqui a discutir, eu faço com todo gosto, estar aqui a ouvi-lo tenho todo o prazer, mas desculpe lá, para esse peditório eu já dei, muito obrigado e estamos disponíveis para suspensão dos trabalhos para discutir a proposta.”-----

Senhor Deputado João Paulo Castanheira: “É só para dizer que obviamente, concordamos com essa sugestão penso que todas as bancadas com excepção do Partido Socialista estão de acordo com esta proposta que está em cima da mesa o Partido Socialista diz que votaria contra, o Senhor Presidente da Câmara disse que não concordava com o ponto dois das conclusões, eu penso que é possível, não sei se o PS tem a mesmo entendimentos, mas eu acho que cabe agora ao Partido Socialista dizer então o quê que propõe alterar nesta proposta.”-----

Senhor Presidente da Assembleia: “Senhor Deputado mas acho que isso não é possível, enquanto conduzo a Assembleia, nos termos em que funciona a Assembleia Municipal não é possível sem fazer um interregno.”-----

Senhora **Deputada Cláudia Cardoso**: “Bom sobre esta questão não estou de acordo que se faça a interrupção por uma razão muito simples aquilo que eu captei da posição do Partido Socialista é que de muitas coisas que foram ditas é que era prematuro fazer esta tomada de posição, foi isto que eu captei e portanto nesse ponto de vista nós entende-mos que havendo consenso de todas as bancadas, a excepção do partido socialista, não estamos de acordo que façamos este interregno para discutir exactamente o quê, das duas, uma, o partido socialista se posiciona e diz exactamente porquê que está contra e assume, nós não concordamos que se façam estas pausas para discutir o quê, o documento está claro, do nosso ponto de vista, obviamente.”-----

Senhor **Presidente da Assembleia**: “Muito bem, CDU aceita que se faça a interrupção, já sei que sim, todos os partidos aceitam que se faça a interrupção excepto o Bloco de Esquerda, portanto penso que à maioria no sentido de se interromper a sessão, está interrompida durante dez minutos, agradeçia que os Líderes dos Grupos Municipais, nos reuníssemos aqui.”-----

REUNIÃO SUSPensa-----

Senhor **Presidente da Assembleia**: “Agradeçia que todos os Membros dos Grupos Municipais que tiveram aqui na reunião comigo tivessem atentos, todos os Líderes, ou os Colegas, Líderes Municipais ou Representantes dos Líderes Municipais que aqui estiveram comigo, tomassem nota do que eu vou dizer, depois vou lhes dar a palavra, nós tentamos formular aqui uma proposta, que fosse uma proposta consensual, nessa proposta consensual da parte de todos os partidos propusemos uma redacção que segundo foi informado agora pelo António Carixas, passaria por deixar os considerandos para uma segunda fase, só nesta fase deliberativa neste quadro a Assembleia Municipal da Amadora e delibera, um, expressão viva preocupação pela possibilidade prevista no estudo do quadro de revisão do mapa judiciário de menorização do estatuto do tribunal da Amadora com redução drástica de número e qualidade dos juizes actualmente previstos, portanto é uma redacção de consenso, dois, pugnar pela instalação na Amadora de um tribunal que responda às necessidades, aspirações e direitos da população da Amadora, dos seus agentes sócias e económicos no acesso à justiça tal como anteriormente



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

assumido já, três, uma redacção que aqui se entendeu formular e que depois já me referirei a ela, ponto três, promover através da comissão respectiva da Assembleia Municipal um debate público sobre o estudo do quadro de revisão do mapa judiciário com a delegação da ordem dos advogados da Amadora, a Associação dos Magistrados Judiciais, com o sindicato do Ministério Público, com o Governo e com a Câmara Municipal, quatro, dar conhecimento desta deliberação ao Governo e Assembleia da República, no que toca a esta tentativa de acordo global que aqui se chegou a CDU não prescinde, segundo foi informado pelo António Carixas, do ponto três original que era repito, desencadear através da comissão respectiva da Assembleia Municipal um amplo debate público sobre a matéria com auscultação alargada dos representantes dos sectores da vida social e económica local e a reunião dos estudos e informações que forem entendidos como pertinentes, também da parte de todos os outros partidos e agora voltando ao início da proposta, havia consenso no sentido de ficar o primeiro parágrafo que é a proposta “como é do conhecimento público o Governo tem vindo a promover estudos com vista à revisão do mapa judiciário do país, ponto, depois passaria para o terceiro parágrafo que diz “sem dispensar o necessário aprofundamento e reflexão que uma matéria tão complexa exige uma tal perspectiva tem que merecer uma dedicada atenção por parte dos órgãos do Município e correlatamente o seu empenhamento na defesa da qualificação do Município e em particular do acesso à justiça por parte da sua população”, portanto esta primeira parte que eu li eram os quatro pontos que mereciam consenso de todas as forças políticas com excepção da CDU, que mantêm o seu texto número três e também da parte dos outros partidos havia consenso quanto a esta parte de introdução que eu referi a primeira frase e o terceiro parágrafo, palavra aos líderes dos grupos municipais.”-----

Senhor Deputado **António Carixas**: “Senhor Presidente, Senhores Deputados nós fizemos um esforço de entendimento, achamos que na proposta, nos seus considerandos, consideramos que no essencial está correcta, mas poderíamos aceitar perfeitamente o que o senhor presidente disse, não será tão relevante para a questão que se pretende, apesar de acharmos que está quase toda ela correcta e corresponde de facto aos estudo que nós conhecemos relativamente à questão de facto deliberativa estamos perfeitamente abertos a alteração foi consensual no ponto um, dois e quatro até, no ponto três de facto não podemos estar de acordo porque é redutora, muito redutora daquilo que pretendemos do ponto três, dizer que à um auscultação pública com as

entidades, alguns operadores judiciais é muito pouco para nós é muito pouco, vejamos que esta questão é uma questão que diz respeito a muito mais gente, do que alguns operadores, são alguns operadores judiciais portanto não podemos estar de acordo, lamentavelmente não podemos estar de acordo, mas pronto a Assembleia que se pronuncie sobre esta questão, apesar de todo o nosso esforço de alterar, mas não é possível retirar o ponto três poderia ter esta reformulação ou não, mas agora a questão essencial ela é de facto o debate público, estas questões não dizem respeito só aos directamente interessados, directamente de forma funcional não disso não estamos de acordo, diz respeito a muita gente, à população da Amadora, muito obrigado.”-----

Senhora Deputada Ana Venâncio: “Perante esta situação a bancada do PS, apresenta uma proposta que é a redacção consensual que foi agora lida pelo Senhor Presidente da Assembleia, portanto merece o consenso quer do Partido Socialista, quer do PSD, quer do CDS e apresentamos como proposta alternativa, apresentamos uma alteração ao ponto três da proposta, conforme foi referido pelo Senhor Presidente da Assembleia.”-----

Senhor Deputado João Paulo Castanheira: “Ó Senhor Presidente nós entendemos que na verdade ambas as redacções defendem aquilo que é o essencial das nossas preocupações, reflectem aquilo que é o essencial das nossas preocupações agora por uma questão de eficácia é evidente que aquilo que nós pretendemos é que, o pior que podia sair daqui é não sair daqui nada, portanto aquilo que nós defendemos é que por uma questão de eficácia subscrevemos esta proposta de alteração que foi aqui discutida por todos os grupos municipais que o PC não aceita o ponto três mas que nós achamos que ela própria defende aquilo que é essencial, até porque no ponto três, está lá escrito que é um debate público com as tais entidades e portanto nós subscrevemos esta tentativa de consenso que achamos que de facto responde às necessidades da cidade.”-----

Senhora Deputada Cláudia Cardoso: “Bom, após a nossa discussão eu só tenho aqui de facto um apontamento, se a garantia deste debate público é um debate alargado e portanto, no qual pode partir da comissão como foi falado assim, como que de uma forma não muito, se houver a garantia que a comissão convide determinadas associações para que este debate público, seja um



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

debate participado então nós somos a favor tal como foi vista aí, se isto realmente não for esta a ideia então nós estamos a favor do ponto três da CDU, portanto eu preciso de esclarecer esta questão.”-----

Senhora Deputada Patrícia Ferreira: “Boa noite, o PSD desde o início se mostrou favorável a esta proposta porque o nosso objectivo é trazer esta questão à discussão e realmente defender os interesses da Amadora, assim sendo e sendo pragmáticos o que está em causa é aprovar uma proposta que defenda esta nossa posição e assim sendo subscrevemos a proposta apresentado pelo PS e considerando também que tendo auscultado os operadores em causa, a Ordem dos Advogados, o representante dos Magistrados do Ministério Público e o próprio representante de juízes estará acautelada, é uma discussão abrangente com vista a acautelar os interesse munícipes da Amadora.”-----

Senhor Deputado António Carixas: “A minha dúvida é esta, não percebi muito bem, se a proposta de alteração é do ponto três apenas, só do ponto três, a proposta se eventualmente for aprovada é o texto que está aqui, a minha dúvida é essa.”-----

Senhor Presidente da Assembleia: “Não, António eu, respondo eu só posso referir o que referi e o que referi é, isso terá que perguntar ao PS, e o que referi foi, havia acordo de todos caso a CDU desse o acordo, como é evidente que é a entidade proponente, no sentido que nos considerandos haver a primeira frase que eu referi e o terceiro parágrafo, depois mais aqueles quatro pontos que eu enunciei não havendo acordo o PS disse é que apresentaria uma proposta de alteração ao ponto três, presumo que mantendo também na proposta uma alteração à fundamentação da proposta, se quiser, penso que é isso, no que toca à deliberação é só o ponto três, é só ao ponto três que o PS apresentava uma alteração, no que toca ao texto, ao corpo, antes de se dizer neste quadro a Assembleia Municipal delibera, penso que o PS, era o texto acertado, foi o texto que foi acertado aqui, a primeira frase e o terceiro parágrafo.”-----

Senhora Deputada Patrícia Ferreira: “Eu peço desculpa, eu só vou esclarecer neste caso a posição do PSD, nós estamos a subscrever a alteração que foi consensual a todos os partidos com alteração, não houve consenso no ponto três e é só quanto ao ponto três que nós vamos

subscrever a posição do PS, apresentado pelo PS, do resto foi aposição consensual de todos os partidos, ali tomada em conferência de líderes.”-----

Senhor Deputado Carlos Almeida: “Obrigado Senhor Presidente, é porque era importante esclarecer o seguinte, como o meu camarada António João referiu nós fizemos um esforço de aproximação no sentido de encontrar um consenso, mesmo na matéria dos considerandos que são factuais nos aceitamos prescindir deles em nome de um consenso, relativamente aos outros pontos as propostas que ali estão se lerem com atenção é dizer o mesmo de outra forma, damos de barato, agora ...(mudança de cassete) ...isto é uma coisa, outra coisa bem diferente é organizar um debate público com a presença dos representantes dos actores judiciais são duas coisas diferentes, vejam bem com esta redacção que aqui está o debate que o Senhor Presidente à pouco referiu que está agendado ou previsto resolve o que aqui está o que ali vai acontecer é um debate público com a presença dos actores judiciais ponto final parágrafo, acabou, ora o que nós propomos e a verdade do que nós propomos sabemos-la nós, o que nós propomos é que a comissão desenvolva um debate público que ausculte, meus caros então as associações que trabalham com crianças em risco não tem o direito a opinar sobre este debate, então os sindicatos não tem direito a opinar sobre este debate, então as associações empresariais não tem direito a opinar sobre este debate do nosso ponto de vista esta é a verdade, a verdade é que um debate com a auscultação destes agentes é uma coisa completamente diferente de uma debate em que se ouve a opinião dos advogados, dos magistrados, que evidentemente tem toda a pertinência mas não esgota a importância deste assunto este é uma assunto maior para o município e portanto exige e recomenda a participação de tudo o município.”-----

Senhor Presidente da Assembleia: “Muito bem, eu penso que, antes de dar a palavra ao Guarita eu quero dizer o que resultou aqui da reunião que tivemos aqui à frente, eu acho que uma coisa é a audição outra coisa é debate e nós não propusemos uma audição do sindicato dos magistrados, nem uma audição do ministério público, nem uma audição da câmara não propusemos nada disso, nós propusemos não que a comissão fizesse uma audição e aí assim seria uma audição que podia ser pública ou fechada consoante a deliberação da comissão desta Assembleia, nós propusemos um debate público com estes senhores porque supostamente são as pessoas mais digamos, especializadas para tratar desta matéria mas que seja um debate público,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

que também possa estar lá representantes de outras associações, agora o debate é um debate público, não é uma audição, e o senhor deputado não leve a mal, mas esta a falar em audição, nós não estamos a falar aqui da proposta, não está uma audição do ministério público, um audição no dia seguinte dos juízes, uma audição no dia seguinte das câmaras, nós propusemos um debate e por sugestão do António Carixas um debate público e é esse o sentido que resultou aqui da reunião.”-----

Senhor Deputado Luís Guarita: “Ó Senhor Presidente, se me permite acho que estamos a voltar para trás, porque eu não duvido que a CDU tenha toda a razão de querer ouvir quem queira o que nós queremos é ser pragmáticos e no início desta discussão tínhamos zero porque existe uma maioria nesta Assembleia que impediria que se consensualiza-se o que quer que seja no fim desta discussão temos a consensualização de um texto o que eu lhe proponho é que coloque essa consensualização a votação em alternativa ao texto original da CDU porque o PSD votará favoravelmente a essa consensualização porque como a Patricia diz somos pragmáticos e queremos alguma coisa que leve ao debate, á discussão e a uma luz final sobre isto do que nada, porque foi isso consensualizado, por isso propomos que seja imediatamente colocada à votação o que está em causa a consensualização foi aí feita entre todas as forças políticas independentemente da CDU ter dito que no ponto três não accitava e o texto alternativo que é o texto da CDU, porque se não, não sei saímos daqui senhor Presidente, não saímos daqui e o que nós pretendemos é ser pragmáticos, práticos e eficazes e é isso que temos que ser.”-----

Senhor Deputado Carlos Almeida (pedido de esclarecimento): “Ó Senhor Deputado a questão é a seguinte, o consenso é importante se for útil se for eficaz senhor deputado e a pergunta é a seguinte, não lhe parece que são duas coisas diferentes que estamos a discutir é porque um processo de auscultação dos intervenientes no processo judiciário, mas igualmente dos agentes sociais e económicos é uma coisa diferente de um debate público em que aparem os advogados, os magistrados, etc., e onde evidentemente estará alguém na sala que pode por ventura intervir mas são duas coisas diferentes, senhor deputado, a pergunta que lhe quero colocar é a mesma que fiz à pouco, não lhe parece senhor deputado, que a participação de associações que trabalham com crianças em risco tem tanto merecimento como qualquer outro, pois mas não tem direito, não é justo que venha numa posição menor senhor deputado, não é justo que venha para

uma plateia de um debate e que tenha direito a falar cinco minutos, senhor deputado não é justo porque essas associações têm informação real, concreta, verdadeira que é importante cariar para este debate, o senhor deputado não lhe parece que os sindicatos, as associações empresariais devem ser ouvidas nesta matéria a informação e opinião que eles tem deve ser caruada para este debate não é também informação útil senhor deputado, porque razão haveremos nós de excluir essas pessoas do debate, porque razão não devem ter elas direito a falarem, a emitir o seu juízo, a dar a sua informação, o seu parecer com toda a dignidade.”-----

Senhora Deputada Patricia Ferreira (resposta ao esclarecimento): “Ó Senhor Deputado a pergunta que nos coloca é pertinente é obvio que toda a gente tem direito a ter uma opinião este é um caso problemático que vai afectar todo o Município mas vamos ser novamente pragmáticos o que nós queremos é que esta situação seja discutida o que nós queremos é arranjar uma solução para o município da Amadora e mais numa questão de eficácia se for um debate público as pessoas podem participar é claro que o que interessa aqui e vamos falar que é uma questão muito complexa são pormenores técnicos muito complexos que a maior parte das pessoas que não tem conhecimentos jurídicos até tem alguma dificuldade em apurar, agora sendo público podem estar presentes, agora por uma questão de eficácia para podemos ter uma decisão em concreto em tempo útil nos devemos pronunciar a tempo de ir influenciar esta decisão, também temos que nos restringir um pouco se não, os sindicatos vamos ter que os ouvir a todos porque não podemos discriminar e se for por essa perspectiva chegamos a uma situação que a ouvir tanta gente não vamos chegar a conclusão nenhum atempadamente pode influenciar porque supostamente esta decisão está a começar a ser discutida na Assembleia da República e prevê-se o seu desfecho em Setembro, portanto por uma questão prática e de eficácia acho que é muito importante nós termos uma posição, concordo com sigo, mas também tem que concordar que eu prefiro ter um documento e uma posição concreta da Assembleia Municipal com todos os partidos e incluindo os órgãos que participam judiciariamente do que não ter nada, e nesse aspecto nós somos pragmáticos, portanto propomos a votação da proposta de alteração.”-----

Senhor Presidente da Assembleia: “Muito bem, então vamos ver a metodologia de votação, vamos passar à votação se estão de acordo com a metodologia e a metodologia é alínea a, em síntese duas propostas de alteração, uma proposta de alteração que é o ponto um, dois e quatro,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

que estamos todos de acordo estou a falar da deliberação, estamos todos de acordo com o ponto um, dois e quatro, certo, estamos todos de acordo, não estamos é já de acordo, à e com o texto, não é, manter o texto estamos de acordo, o texto entroncado e o ponto um, dois e quatro, ok, se estiverem de acordo eu ponho isto à votação, e depois a seguir ponha o ponto três na versão da CDU e o ponto três da proposta alternativa dos restantes partidos é a forma mais simples, estão de acordo Colegas, António estás de acordo, vá Carlos diz lá.”-----

Senhor Deputado Carlos Almeida: “Ó Senhor Presidente, eu proponha outra metodologia, nós proponhamos outra metodologia e a nossa metodologia é, nós integramos todas as alterações que foram feitas à nossa proposta e assumimo-las como nossa, portanto o que propomos é que a nossa proposta com as alterações que foram acrescentadas exceptuando o ponto três, a nossa proposta seja posta à votação integralmente se alguém quiser depois propor uma alteração ao ponto três que o faça, mas nós defendemos, integramos e aceitamos como nossa todas as alterações que foram apresentadas com excepção do ponto três e portanto o que propomos é que essa proposta seja posta à votação tal e qual e se alguém quiser fazer depois uma proposta de alteração ao ponto três que o faça.”-----

Senhor Presidente da Assembleia: “Ó Carlos é que se sigo a sua metodologia o ponto três é votado contra, não pode haver proposta de alteração a um ponto que foi votado contra, não é, portanto está a prejudicar o debate, acho eu, eu já disse que é a proposta, à uma proposta da CDU que é o que deu origem a este debate, na sequencia da interrupção houve propostas de alteração consensualizadas por toda a gente, ok, quais são as propostas de alteração é a primeira frase, é o terceiro parágrafo é o ponto número um da deliberação, o ponto número dois e o ponto número quatro da deliberação é isso que eu vou por à votação, se isto for aprovado a seguir, por unanimidade, penso que vai ser, a seguir proponho à votação o ponto três, original da CDU, se o ponto três original da CDU for aprovado, está aprovado e nem se quer se põe à votação a proposta de alteração do PS, se não for aprovado está aprovado a proposta de alteração do PS, está bem, é claríssimo, em tão neste que eu disse vamos votar a primeira frase do texto da proposta da CDU, primeira frase, vamos votar o terceiro parágrafo da proposta da CDU e vamos votar o ponto um, dois e quatro consensualizado, ok, deixamos o ponto três.”-----

9C

Senhor Deputado Carlos Almeida: "Ó Senhor Presidente é porque nós estamos, quer dizer, à aqui um problema que precisa de esclarecer é que a proposta fomos nós que a apresentamos e portanto no esforço de consenso abrimos ao debate e aceitamos integrar todas as alterações e portanto todas as alterações com exceção do ponto três, portanto de nosso ponto de vista como proponentes da proposta nós insistimos que a proposta deve ser colocada à votação incluindo o ponto três senhor presidente, se alguém quer apresentar uma proposta alternativa que a formule que tenha a responsabilidade de a formular, senhor presidente, que tenha a responsabilidade de a formular, o ponto é este ...(interrompe o Senhor Presidente da Assembleia)..."

Senhor Presidente da Assembleia: "Colegas deixem-me só dizer uma coisa ao Carlos, é evidente que todos os partidos já aqui falaram e peço desculpa ao Carlos, e das duas, uma, ou a CDU quer que eu apresente a proposta tal e qual como a apresentaram com as alterações aqui feitas, mas sem a alteração do ponto três e é chumbada e depois não à alteração nenhuma se quer isso eu ponho, ou a CDU quer que façamos isto é o resultado é o que está a dar."

Retoma o orador: "Ó Senhor Presidente eu não quero nada estamos enganados, eu não quero nada, eu quero aquilo que eu acho que é melhor para o município e que cada um que vote consoante aquilo que entende que é melhor para o município e no final assumimos a responsabilidade, nós assumimos a partir deste momento nós somos preponentes da proposta, a partir deste momento todas as propostas que o senhor Presidente referiu nós aceitamo-las todas e portanto a partir deste momento essa é a nossa proposta, essa é a nossa proposta."

Senhor Presidente da Assembleia: " Carlos, vamos lá ver se a gente se entende, não à vossa proposta à uma proposta vossa que está na origem, é a que entrou na Assembleia Municipal, é a proposta que temos, é a única, eu propôs a interrupção dos trabalhos no sentido de ver se havia consenso das forças políticas no sentido de se encontrar uma proposta para alguns ponto desta vossa proposta original que houvesse consenso sobre elas, como já aconteceu milhares de vezes nesta Assembleia, das duas, uma ou a CDU aceita como aceitou que todas estas propostas de alteração fossem, de consenso, fossem votadas ou não aceita."



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

Senhor Deputado Carlos Almeida: “Ó Senhor Presidente o que nos está a propor a nós é que, nós aceitemos retirar uma fatia dessa proposta e vota-la à parte, senhor presidente, e nós entende-mos que não, que a proposta tem uma unidade e tem uma coerência que deve ser mantida e portanto quem estiver de acordo com ela que vote a favor, quem estiver contra ela que vote contra.”-----

Senhor Presidente da Assembleia: “Colega então é assim, se quer ver efeito útil, ó Luis, deixa-se só dizer uma coisa, e eu penso que aí o Carlos já vai perceber, vamos fazer uma coisa se queremos ter o efeito útil disto, porque se eu ponho a sua proposta a votação eu já percebi, eu posso estar a fazer um juízo errado, que vai ser chumba e depois não à propostas de alteração, posso e eu perguntei se estavam de acordo com este método porque à outro método, qual é o outro método, é votar as propostas de alteração à proposta da CDU, e se elas forem aprovadas, a proposta da CDU é em votação final global a seguir a estas propostas de alteração e pode ser aprovada com as propostas de alteração, eu só propôs o outro método porque me parecia que havia acordo, agora se o colega está a por a questão com está, eu tenho que seguir esta metodologia, propostas de alteração à proposta que está na mesa são estas e estas, quem vota a favor, quem vota contra aprovadas essas propostas faço a votação da proposta final com as alterações, está de acordo que siga este método é o único método não à outro, ó Luis eu penso que é este método.”-----

Senhor Deputado Luís Guarita: “Ó Senhor Presidente é que não pode valer tudo, é que não pode valer tudo, se não, não estamos aqui a fazer absolutamente nada, nós não podemos fazer uma interrupção, ó meus caros deputados da CDU, nós não podemos permitir que se faça uma interrupção à sessão que estava a decorrer consensualizada, com excepção do Bloco de Esquerda, que se consensualize ali em cima em reunião com os líderes com o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, e depois se venha para aqui fazer politique-se à custa da consensualização e daquilo que se fez, por assim vale tudo, senhor deputado, assim vale tudo, das duas, uma, ou respeitamos cada um dos deputados que está nesta casa, esta Assembleia e os compromissos que assumimos entre todos ou então não estamos aqui a fazer nada e o que se fez foi isto, o Senhor Presidente fez uma proposta que foi aceite maioritariamente por esta Assembleia, após essa proposta foi feita uma reunião em que estiveram presentes os líderes ou

os representantes dos líderes, consensualizou-se numa coisa e trouxe isso aqui o senhor Presidente da Assembleia fez várias propostas em relação ao tipo de votação que se ia ter e os Senhores Deputados da CDU vieram aqui voltar à questão que não tinha a haver com nada que era novamente discutir o que já estava discutido, senhor deputado nós explicamos, o PSD explicou nós não podemos ter o melhor de dois mundos, temos que ter aquele que é mais eficaz para o mundo que defende-mos e o que é mais eficaz é ter uma proposta consensual em que o essencial está garantido como aqui muito bem disse a Senhora Deputada Municipal do PSD, o Senhor deputado João Castanheira e outros deputados, o debate público está lá, pode estar escalonado em função das entidades que nos parecem aquelas que tem a capacidade para discutir uma matéria desta complexidade mas está lá a discussão pública, o debate público ninguém disse e não está escrito em lado nenhum que não se podem convidar as entidades que se entenderem convidar pode se fazer, e portanto aquilo que estamos aqui a fazer que é voltar ao início, ou temos aqui a noção do que estamos a fazer ou não temos, e nós propomos então ao Senhor Presidente novamente, coloca à votação as propostas de alteração consensualizadas que aí estão e as coloque imediatamente nem que para isso tenhamos que meter um requerimento para a mesa para que isso aconteça imediatamente se não, não saímos daqui.”-----

Senhor Presidente da Assembleia: “Então vou, se estiverem de acordo, vou pôr à votação as propostas de alteração que referi há pouco, não vou reler outra vez todos estamos conscientes de quais são à proposta da CDU que aqui acordamos, com excepção do ponto três e depois vou pôr à votação o ponto três da CDU se o ponto três da CDU for aprovado é aprovado se for rejeitado é porque está aprovada a proposta que entrou dos outros partidos do ponto três, agora só vou votar as que estão consensualizadas, estão consensualizadas temos algum problema em vota-las todas em excepção do ponto três posso por à votação, primeira votação aquela que foi de acordo de todos, votou toda a gente a favor, vamos agora por à votação a proposta três da CDU, sendo que se for aprovada é aprovada a proposta três se for rejeitada temos a proposta dos outros partidos que aqui tínhamos, que eu já li e fica aprovada a proposta que eu já li, foi rejeitado o ponto três da CDU, com 27 votos contra e 7 votos a favor, agora vamos votar o ponto três apresentado pelo PS, de acordo com o que estabelecemos as regras é votar o ponto três da CDU, podia ter sido aprovado, foi rejeitado, mas à uma proposta de alteração a esse ponto três e decidimos não votar no princípio e vota-la agora a vosso pedido, portanto acho que seguimos as



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

regras, vou votar o ponto três, proposta dos outros grupos municipais com excepção da CDU e do Bloco de Esquerda, PS, PSD e PP, foi aprovada com 27 votos a favor e 7 contra, acham necessário haver uma votação global, não acham que esta aprovada a proposta com as alterações que aqui foram apresentadas e que eu li (Documento anexo à presente Acta)".-----

Antes de dar por encerrados os trabalhos, e tendo em vista a eficácia externa, por proposta do Senhor Presidente da Assembleia, a minuta da deliberação da Ordem do Dia foi aprovada nos termos do n.º 3 do Artº. 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, por unanimidade dos 34 membros presentes.-----

Finda a discussão da Ordem do Dia, o Senhor Presidente da Assembleia deu por encerrada a Sessão às 00:40 horas.-----

A presente Acta, depois de aprovada, vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia e por mim, Rui Miguel Queiroz Correia, 1º Secretário, que a redigiu.-----

António José C. L.

Auscultada e Dactilografada por:

E.R./M.V.